

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**TAMARA STERN**

**O CONFLITO ISRAELO-PALESTINO NA MÍDIA E  
A REDE SOCIAL COMO FONTE DE INFORMAÇÃO ALTERNATIVA**

RIO DE JANEIRO

2015

Tamara Stern

**O CONFLITO ISRAELO-PALESTINO NA MÍDIA E  
A REDE SOCIAL COMO FONTE DE INFORMAÇÃO ALTERNATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Comunicação da Universidade Federal  
do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do grau de Bacharel em  
Comunicação Social, Habilitação Publicidade e  
Propaganda.

**Orientador: Prof. Dr.: Sócrates Álvares Nolasco**

Rio de Janeiro

2015

S839

Stern, Tamara

O conflito Israelo-palestino na mídia e a rede social como fonte de informação alternativa / Tamara Stern. 2015.  
62 f.: il.

Orientador: Prof. Sócrates Álvares Nolasco

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Habilitação Publicidade e Propaganda, 2015.

1. Mídia digital e jornalismo. 2. Jornalismo. 3. Conflito árabe-israelense. 4. Redes sociais. I. Nolasco, Sócrates Álvares. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

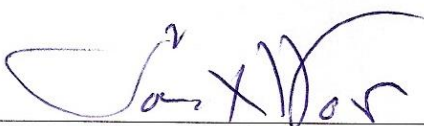
CDD: 302.231

**O CONFLITO ISRAELO-PALESTINO NA MÍDIA E  
A REDE SOCIAL COMO FONTE DE INFORMAÇÃO ALTERNATIVA**

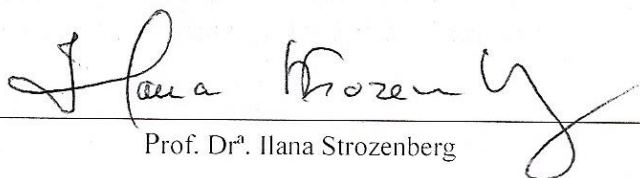
Tamara Stern

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação Publicidade e Propaganda.

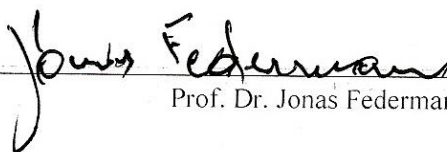
Aprovado por



Prof. Dr. Sócrates Alvares Nolasco



Prof. Dr.ª. Ilana Strozenberg



Prof. Dr. Jonas Federman

Aprovada em: 6/7/2015

Grau: 10,0 (dez)

Rio de Janeiro/RJ

2015

## AGRADECIMENTOS

A ideia deste trabalho data de julho de 2014 quando eu me encontrava vivenciando pessoalmente a guerra entre Israel e Hamas. O dia-a-dia permeado por sentimentos de medo e angústia, e os muitos questionamentos que começaram a invariavelmente surgir, levaram-me a iniciar um trabalho de “relato” da história e dos acontecimentos para meus conhecidos no Brasil, via Facebook. Juntando as notícias da mídia com as minhas experiências locais fui expondo ideias, dúvidas, opiniões e visões a respeito do conflito e muitas vezes me encontrei informando, debatendo ou discutindo assuntos com outros usuários na rede social. E conforme me engajava neste trabalho, via a tamanha repercussão da guerra na plataforma – uma mistura de insuficiência do conteúdo midiático com o quanto as pessoas tinham a dizer no momento em que a crise veio à tona. Percebi que não se recebia a notícia, mas se fazia a notícia constantemente e para os outros, sempre, na ânsia de expor aquilo que se acha que ninguém está vendo, nem a mídia. Hoje há uma urgência no cidadão comum pelo ato de informar, talvez porque no passado já nos calaram em demasiado e ninguém quer pagar mais para ver os resultados da indiferença.

Agradeço a D’us por passar ilesa pela guerra e ter a oportunidade de criar este trabalho. Agradeço à minha família pelo amor e apoio incondicional às minhas escolhas, por acreditar sempre na minha capacidade e pela força diária que dão aos meus objetivos.

Agradeço ao meu orientador Sócrates por toda ajuda e parceria ao longo do semestre; sua enorme cultura e conhecimento sobre o assunto me guiaram no meticuloso trabalho de “pôr as ideias no lugar”. E, novamente, agradeço a D’us por preservar minha saúde física e mental acima de tudo, sem a qual não chegaria até este momento. Seus caminhos para mim me mostram constantemente que quando damos bom uso as nossas capacidades físicas, morais e intelectuais, recolhemos os frutos da verdadeira sensação de liberdade.

**“Nunca mais recuarei diante da verdade; pois quanto mais tardamos a dizê-la; mais  
difícil torna-se aos outros ouvi-la.”  
(Anne Frank)**

## RESUMO

A informação veiculada pela mídia tradicional obedece a linhas editoriais estipuladas pelas empresas que a controlam, por isso a maioria das matérias acaba se rendendo a uma polarização ideológica. Ao tratar de um assunto complexo como o conflito Israelo-Palestino, aborda-se o tema de maneira superficial e panfletária gerando na mente do público, imagens prontas e estereotipadas de cada aspecto do conflito. Muitas vezes estas representações são questionadas por parte do público que começa a manter uma distância crítica com relação a elas. Como os veículos de comunicação de massa não permitem uma interatividade, as novas tecnologias digitais entram em cena para possibilitar a esta parcela do público uma oportunidade de atuação a respeito de questões que julga pertinente. O objetivo deste trabalho é analisar a repercussão do conflito entre o Estado de Israel e os palestinos na mídia e no Facebook, caracterizando a rede social como uma fonte de informação alternativa. Primeiro é realizada uma revisão histórica acerca do conflito para que se entenda sua origem e desenvolvimento até os dias atuais. Segundo, é analisado o comportamento da mídia no que concerne a sua forma de divulgação de informação e qual a relação com o papel exercido pelos usuários online. Terceiro e último, é mostrada como a rede social é utilizada para repercutir o conflito e com quais objetivos. O resultado é uma abordagem da história e de problemas diferente da que se encontra nas mídias tradicionais. Ocorre uma reconfiguração do jornalismo a partir do processo de *framing* de conversações junto com a mídia tradicional, mostrando informações e detalhes alternativos a respeito dos acontecimentos na guerra. O usuário aparece como cidadão-repórter realizando suas denúncias numa espécie de exigência de prestação de contas, e as redes sociais como meios de contestação, livres da censura das corporações.

Palavras-chave: Mídia, Conflito, Informação, Jornalismo, Rede Social.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Matéria do Diário de Notícias Globo.....	27
Figura 2 – Representação gráfica de mudanças territoriais na região da Palestina.....	29
Figura 3 – Vídeo exibindo o Jornal Nacional.....	31
Figura 4 – Postagem fazendo contrapontos à matéria do Opera Mundi.....	34
Figura 5 – Post da página <i>Free Gaza From Hamas – Support Israel</i> .....	35
Figura 6 – Post a favor de Deborah compartilhado em perfil do Facebook.....	37
Figura 7 - Post a favor de André compartilhado em perfil do Facebook.....	37
Figura 8 – Matéria do site O Globo.....	40
Figura 9 – Discussão ideológica sobre a guerra, em comentários.....	42
Figura 10 – Matéria do site O Globo.....	44
Figura 11 – Montagem negando o Apartheid israelense.....	44
Figura 12 – Montagem representando “Anão Diplomático”.....	46
Figura 13 – Post recriminando a atitude do Itamaraty.....	46



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
1.1 METODOLOGIA.....	11
<b>2 O CONFLITO.....</b>	<b>13</b>
2.1 UMA TERRA, MUITOS NOMES E MUITOS POVOS.....	14
2.2 CONFLITO: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO.....	15
2.3 HAMAS: ORIGEM E CONTROLE DA FAIXA DE GAZA.....	19
2.3.1 Conflitos Diretos entre Israel e Hamas.....	22
<b>3 ORIENTE MÉDIO SOB HOLOFOTES.....</b>	<b>23</b>
3.1 A REPRESENTAÇÃO DO CONFLITO NA MÍDIA.....	24
3.2 EXTENSÃO DA GUERRA: A PASSIONALIDADE NA REDE SOCIAL.....	32
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>
<b>ANEXO 1.....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXO 2.....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O conteúdo veiculado na grande mídia obedece a linhas editoriais estipuladas pelas corporações que a controlam. Os princípios que norteiam as posições do veículo, moldadas a partir de interesses políticos e econômicos inerentes a quaisquer empresas, interferem sempre na cobertura de determinados assuntos. A forma como assuntos polêmicos são abordados na mídia acabam gerando imagens específicas na mente do público e, muitas vezes, algumas posições ficam extremamente nítidas, vendendo-se a informação como imparcial, mas contendo uma série de pressupostos e julgamentos de valor. As empresas de comunicação pecam pela homogeneidade na reprodução de materiais das agências. A maioria dos articulistas termina se rendendo a uma polarização ideológica que ignora as complexidades que um tema como o conflito Israelo-Palestino exige. Não se aborda acontecimentos anteriores na história que são fundamentais para o entendimento do problema e, como consequência, a informação passada ao público forma imagens prontas e estereotipadas de cada aspecto do conflito. Muitas vezes estes estereótipos são questionados pelo público, mas os veículos de comunicação de massa não são uma “via de mão dupla” e não permitem interatividade. Neste momento, as novas tecnologias digitais entram em cena para possibilitar ao público passivo tornar-se um receptor ativo que interage e atua a respeito de questões sobre o conflito que julga pertinente. Surge uma nova forma de consumir informação onde de um lado estão as mídias tradicionais, os jornais corporativos, fazendo seu trabalho de veicular conteúdo de um para muitos. Do outro, as novas mídias digitais, como as redes sociais online, que devido à sua estrutura de produção, compartilhamento e interação sobre informações, funcionam como uma espécie de extensão dos acontecimentos. Ali, o público possui ferramentas para defender suas posições ideológicas. Ambos os meios estão em constante entrosamento no sentido de citarem uns aos outros, e ao mesmo tempo mantêm suas particularidades na forma de trabalhar.

As redes sociais online podem ser caracterizadas por uma pluralidade de temas que surgiram com a web 2.0. Nelas, encontramos o que Pierre Lévy chamou de *cibercultura*, um novo tipo de relacionamento humano possibilitado pela interação entre usuários através de uma plataforma dinâmica que está em constante retroalimentação de informações. Ali se observa o que Henry Jenkins chamou de Cultura da Convergência: a relação entre pessoas que não se conhecem, mas compartilham informação, recriam mensagens, passando a exercer o papel da mídia à sua maneira. As redes sociais são verdadeiras ferramentas, dentre outras mídias digitais, através das quais as pessoas expõem umas as outras suas ideias e/ou

contribuições a respeito de uma informação pré-existente. O resultado é uma abordagem do conflito diferente da que se encontra nas mídias tradicionais, com a disponibilização de informações e detalhes que talvez nunca se ouvira ou enxergara antes. Este trabalho, portanto, tem por objetivo principal analisar a repercussão do conflito entre o Estado de Israel e os palestinos na mídia e na rede social Facebook, caracterizando a plataforma como uma fonte de informação alternativa onde os usuários expressam seu próprio entendimento do conflito fazendo aflorar antagonismos entre visões e pensamentos, bem como apoio mútuo entre os que compactuam das mesmas ideias.

Estudos realizados pela *Digital Future Focus Brazil 2015*, mostram que os brasileiros gastam 650 horas por mês em redes sociais, sendo que postagens no Facebook com fotos e vídeos geram 83% de engajamento. A plataforma permite ao usuário expressar publicamente suas opiniões, ideias e interesses através de perfis, podendo haver ou não interação com outros usuários a respeito de um determinado assunto. Portanto, ao valer-se da rede social mais acessada pelos brasileiros, o projeto pretende analisar como o Facebook foi utilizado durante o conflito, de que maneira os internautas produziram e consumiram informações na rede, a partir de quais dados, com que embasamento fizeram comentários ou adicionaram adendos a *posts* de terceiros. Como objetivo geral, pretende-se distinguir visões a respeito do conflito Israelo-Palestino para além do que se veicula na mídia tradicional, através de uma nova espécie de jornalismo amador realizado pelos internautas. Os problemas entre o Estado Judeu e os palestinos sempre foram abordados de maneira específica dentro de moldes institucionais: as nomenclaturas, a forma de se referir a terra, às populações, aos movimentos e às investidas por parte de cada lado, a forma de noticiar os acontecimentos, formando códigos que são repetidos rotineiramente a cada novidade envolvendo os personagens do conflito. As redes sociais vêm competir com estes códigos, às vezes corroborando-os, às vezes fazendo frente a eles, mas de qualquer modo, surgindo como uma alternativa de fonte de informação.

Cada vez mais empresas estão incorporando o Facebook às suas estratégias de marketing, pois sabem que ali ocorre uma produção de informação por parte de seus consumidores sobre seus gostos. Da mesma forma que o mundo corporativo entendeu a capacidade do Facebook de influenciar e até mesmo cooperar no seu desempenho, o mundo da política e da diplomacia também precisa lidar com a rede social, pois lá ocorre a disseminação de ideias, a formação de líderes de opinião e, principalmente, a construção de múltiplas imagens. Partindo desta realidade, as disputas eleitorais, por exemplo, fazem suas campanhas políticas na internet, com novas estratégias voltadas para o uso de redes sociais. O

Facebook disponibiliza ao usuário uma enorme quantidade de textos, vídeos e imagens que podem transformar opiniões com respeito a pessoas, países e governos. Os usuários utilizam o material que encontram para tomar partido em épocas de eleições, protestos e, no caso deste trabalho, guerras e conflitos. Assim como governos e partidos já se relacionam com a sociedade através das redes sociais online, a própria sociedade, num sentido mais amplo, faz uso político destas redes realizando manifestações e afirmações de identidade, na disputa pela chance de chamar a atenção de outros para problemas sociais diversos, procurando engajamento e visibilidade (MARTINO, 2014). Usuários podem criar e disseminar material ou simplesmente compartilhar material alheio, o importante é que o Facebook proporciona a todos as mesmas condições de produção de conteúdo para que expressem suas opiniões. Portanto, o trabalho pretende contribuir para um melhor entendimento sobre o papel das redes sociais frente ao jornalismo institucional no trabalho de disseminação de informação e, consequentemente, sobre o conflito Israelo-Palestino a partir de uma ótica que difere da mídia *mainstream* uma vez que abrange diferentes abordagens e pontos de vista. As redes sociais são o espaço de uma ação coletiva proveniente do relacionamento com a mídia. Esse aspecto é fundamental na medida em que expõe problemas políticos e sociais da maneira que são percebidos pelo público. Este revela problemas coletivos ou resignifica questões já existentes.

O trabalho desenvolve-se da seguinte maneira: primeiro é realizada uma revisão histórica acerca do conflito Israelo-Palestino, a história da região e dos personagens centrais e como elas se cruzam, para que se entenda a origem das adversidades e seu desenvolvimento até os dias atuais. Segundo, é analisado o comportamento da mídia com relação ao conflito, a intensidade com que se noticia esta questão, a forma com que se veiculam as informações para o público, e qual a relação do conteúdo veiculado na mídia com o papel exercido pelos usuários na rede social. Terceiro e último, é mostrado como esta é utilizada para repercutir o conflito e com quais objetivos. O trabalho mostra que a mídia pode transformar a história, pois há uma divergência entre seu modo de funcionamento e o modo como a informação deveria ser passada adiante. O jornalista não opera no campo teórico, ele desconsidera a perspectiva histórica. O espaço para produção de conteúdo possibilitado então pelas redes sociais aparece como alternativa para preencher estas lacunas. Os usuários mostram questões referentes a Israel e aos palestinos de uma maneira distinta a encontrada nos discursos da mídia, numa espécie de “denúncia” e exigência de prestação de contas. Isto não ocorre somente com relação à Israel e palestinos, é um processo que se repete em quaisquer casos polêmicos que careçam de um estudo mais profundo.

## 1.1 METODOLOGIA

Como metodologia de trabalho é feita uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da leitura e análise de livros, teses, artigos de jornal e websites didáticos. Para tecer uma cronologia dos acontecimentos com relação à região do conflito e aos povos que por ali passaram, é utilizado principalmente o website *israelipalestinian.procon.org*. Procon.org é um portal que disponibiliza material informativo completo sobre questões polêmicas de modo direto, apartidário e no formato “prós e contras”, com o intuito de promover o pensamento crítico, a educação e a cidadania informada. Em sua seção “Conflito Israelo-Palestino”, o site fornece diversos tópicos explicativos, como visão global, pontos-chave, questões para debate – por exemplo, a solução de dois estados, terrorismo ou o Muro da Cisjordânia –, curiosidades, cronologia histórica da região desde a pré-história até os primeiros anos do século XXI, e comentários. Para dar suporte e enriquecer a revisão da história também são utilizadas algumas ideias da obra *Oriente Médio: Uma Análise Reveladora Sobre Dois Povos Condenados a Conviver*, na qual Marcio Scalercio (2003) desenha um panorama histórico, político e militar do conflito entre Israel e palestinos, explicitando origem e razões para sua longa duração e antagonismos, e contribuições de Benny Morris (2009) que datam de sua obra *Um Estado, Dois Estados: Resolvendo o Conflito Israelo-Palestino*.

Uma vez entendido o desdobramento da história nos problemas que aparecem hoje para o público parte-se para como eles aparecem e, portanto, é feita uma análise do comportamento da mídia com relação ao conflito. São utilizadas concepções de Kelly Prudêncio (2006), de sua tese *Mídia Ativista: A Comunicação dos Movimentos por Justiça Global na Internet*, para entender o funcionamento da instituição Jornal, como se produzem as matérias; ideias de Douglas Kellner (2001), em *A Cultura da Mídia - Estudos Culturais: Identidade e Política entre o Moderno e o Pós-Moderno*, descrevem a influência exercida pelo material veiculado na mídia, no comportamento do indivíduo, configurando visões fictícias que o leva a se identificar com pensamentos, opiniões e atitudes. Por fim, o público pega a informação que chega até ele pela mídia e faz um uso específico dela nas redes sociais, dependendo de seus objetivos. Este processo é explicado a partir de algumas ideias centrais. Com a tese de Prudencio (2006), entende-se como os atores sociais na internet estão produzindo suas próprias notícias a partir da influência do código jornalístico; pela obra *Teoria das Mídias Digitais: Linguagens, Ambientes e Redes*, de Luís Mauro Sá Martino (2014), são feitas reflexões acerca das relações entre pessoas conectadas numa época em que a vida passa pelas mídias digitais, com a criação de novas formas de se comunicar, informar e

entreter; com *A Cultura da Convergência*, de Henry Jenkins (2009), aborda-se o caráter ativo e interativo das novas mídias digitais e a convergência dos meios de comunicação. A ideia de que o público torna-se produtor participativo além de consumidor de conteúdo; com o ensaio *A Prática da Vida Midiática Cotidiana*, de Lev Manovich (2008), fala-se da explosão das plataformas colaborativas na internet como uma nova mídia social, e sobre as mudanças das funções da mídia após o surgimento dos conteúdos produzidos pelos usuários; Fábio Malini e Henrique Antoun (2013) mostram por sua obra *A Internet e a Rua: Ciberativismo e Mobilização nas Redes Sociais*, como o engajamento em causas está sendo refletido na internet. Segundo os autores, esta nova realidade faz emergir uma política colaborativa, direta e em tempo real onde grupos de pessoas fazem um trabalho online conjunto para defender suas causas; em *Redes Sociais na Internet*, Raquel Recuero (2009) descreve estas redes e faz uma análise de conversação. Ela ajuda a entender estas plataformas como instrumentos de colaboração e produção de informação, e como usá-las para ampliar nossa ação sobre o mundo; utiliza-se o autor francês Patrick Charaudeau (2006), por sua obra *Discurso das Mídias*, para levantar a ideia de que ao relatar um acontecimento, o emissor sempre constrói uma representação que toma lugar da realidade. Pelo texto de Marcelo Serpa (2010), *Como Nascem as Atitudes, os Estereótipos e a Opinião Pública?*, entende-se os fatores que levam a construção da opinião e consequentemente de atitudes dos indivíduos; por último, uma contribuição de Douglas Kellner (2006) em *Cultura da Mídia e Triunfo do Espetáculo*, sobre a hegemonia da cultura da mídia na atualidade. Influenciado pelas ideias de Guy Debord (1967), o autor vê no fenômeno do espetáculo um dos princípios organizacionais da política, mas acredita que as formas deste espetáculo possam mudar com os avanços tecnológicos e inclusive falhar. A rede social seria o espaço onde o “jogo pode mudar”. Notícias da mídia e postagens na rede social a respeito do conflito, utilizadas para exemplificar as teorias, são retiradas respectivamente de portais de notícia online e do Facebook para auxiliar no melhor entendimento das ideias propostas no trabalho.

## 2 O CONFLITO

O conflito Israelo-Palestino designa a luta armada entre o Estado de Israel e parte da população árabe atualmente referida pela mídia como palestinos. Esta luta faz parte dos conflitos Árabe-Israelenses, que ocorrem desde a criação do Estado judeu, e são caracterizados majoritariamente pelo embate entre Israel e países árabes, como a Guerra de Independência, em 1948, a Guerra do Suez, em 1956, a Guerra dos Seis Dias, em 1967, a Guerra do Yom Kipur, em 1973, e a Guerra do Líbano, em 1982. É possível ainda ir mais longe na história e falar em um conflito Árabe-Judaico que já ocorria antes de 1948, o surgimento do Estado de Israel vem apenas moldá-lo, conferir-lhe forma.

Quando se trata de um conflito envolvendo palestinos, não há relação direta com nenhum país, pois eles são um conjunto de árabes oriundos de refugiados de guerra de diferentes lugares, que hoje clamam pela criação de um estado próprio. Os palestinos encontram-se espalhados entre territórios árabes dentro de Israel, Cisjordânia e Faixa de Gaza. Nos dois primeiros locais, eles estariam representados pela Autoridade Nacional Palestina - ANP e no terceiro, pelo movimento Hamas. Há palestinos que moram em Israel também e possuem cidadania israelense, mas o trabalho não se refere a estes. Atualmente um conflito entre Israel e palestinos é desencadeado pelas lutas armadas entre o Estado Judeu e Hamas cuja repercussão internacional traz à tona sempre, tanto nas mídias convencionais, pelos jornais corporativos, quanto nas novas mídias digitais, pela população, uma série de questões históricas, questionamentos e polêmicas que são alvos de contínuas discussões e inúmeras opiniões. Por exemplo, é comum a mídia e o público em geral falarem em uma “desproporcionalidade de forças” entre os dois lados, pela premissa de que Israel é militarmente mais forte e mais avantajado, por ser um país efetivo e receber “apoio” dos Estados Unidos. Os palestinos são tidos em desvantagem por não possuírem uma unidade política e econômica. Na visão de Benny Morris (2014), professor de história da Universidade Ben Gurion, em Israel, ambos os lados são vítimas do conflito: os palestinos aparentam mais oprimidos por serem menores e mais fracos, e estarem dispersos pelo mundo árabe. Mas os judeus também teriam sido oprimidos ao longo da história, principalmente na Europa e nos países islâmicos em que viveram por certo tempo, até que criaram a sua própria defesa. Israel enfrenta todo um mundo árabe e não apenas os palestinos, já tendo travado guerras com aqueles mesmo antes do surgimento do país. Já os palestinos também não recebem ajuda deste mundo árabe, foram “esquecidos”. É uma luta desigual, pois cada lado possui suas realidades e políticas, mas ao falar em reações desproporcionais por parte de Israel atrela-se a este a responsabilidade pelo outro lado e atribui-se

ao conflito Israelo-Palestino um perfil jamais dado a outros conflitos no mundo. Carece de lógica analisar uma guerra em termos de ações militares desproporcionais de um lado com relação ao outro.

Outra questão muito debatida são as negociações territoriais. Defensores da causa palestina alegam que Israel já recusou propostas de paz feitas pela OLP, que deveria ter aceitado bem como se recusa a cessar a construção de assentamentos na Cisjordânia. Pró-israelenses, em contrapartida, expressam incerteza quanto à aceitação, pelos palestinos, de dois estados para dois povos, pois pelo menos metade destes estaria representada pelo Hamas, um movimento antissemita e antissionista, que prega a destruição do Estado de Israel. Apesar dos assentamentos serem um obstáculo à paz, a mentalidade de não aceitação da existência de Israel seria o problema principal. Nos sistemas escolares, tanto do Hamas quanto da OLP, crianças aprendem história através de mapas que não contém o Estado Judaico, apenas uma Palestina árabe e muçulmana, e aprendem a cultivar o ódio aos judeus. Muitas outras polêmicas concernentes ao conflito Israelo-Palestino permeiam a mídia constantemente: delimitação de fronteiras, retorno de refugiados, bloqueio israelense na Faixa de Gaza (acompanhado pelo bloqueio egípcio nunca mencionado), morte de civis e alvos de foguetes do Hamas e do Exército de Defesa de Israel - IDF. Sempre que estoura mais um confronto armado, estas questões vêm à tona gerando debates e discussões. Mas para entender a situação atual do conflito e toda esta repercussão na mídia, é preciso entender sua origem e desenvolvimento.

## 2.1 UMA TERRA, MUITOS NOMES E MUITOS POVOS

A denominação bíblica da região correspondente à área do atual Estado de Israel – incluindo-se também as Colinas de Golã, Faixa de Gaza, Cisjordânia, partes da Jordânia, do Líbano e da Síria – é a terra de Canaã. Mas esta não identificava uma nação ou entidade geográfica, nunca existiu um estado cananeu. Havia cidades-estados habitadas por diferentes populações miscigenadas, de múltiplas origens. Na ausência de coesão, o ambiente era governado por distintos reis e príncipes. No fim do segundo milênio antes da Era Comum, chegaram em Canaã os chamados “Povos do Mar”, grupos vindos das Ilhas Gregas ou Ásia menor. Entre eles estavam os filisteus, que ocuparam a costa sudoeste de Canaã e fundaram cinco cidades: Asdode, Ascalão, Ecrom, Gaza e Gate. Durante o período de dois séculos em que a dominaram, a região foi conhecida como Pentápolis Filisteia, e esteve quase sempre em guerra com os judeus. Nos três séculos seguintes, as doze tribos de Israel dominam a região que é separada entre Reino de Judá e Reino de Israel. Quando começa o Império Babilônico,



os filisteus são praticamente dizimados e os judeus sofrem o primeiro exílio para a Babilônia. O imperador Nabucodonosor II destrói tanto Jerusalém quanto as cinco cidades construídas pelos filisteus. A região passa depois pelos domínios persa, grego, asmoneu (Reino da Judéia), romano, e bizantino. Durante todos estes períodos, a presença judaica na região foi diminuindo pelas expulsões, principalmente durante o Império Romano que rebatizou toda a terra de Syria Palaestina, numa tentativa de apagar laços judaicos com a região. A palavra Palestina deriva do grego Philistia, nome dado pelos autores da Grécia Antiga à região, devido à antiga ocupação dos filisteus. Após o domínio romano, começam as conquistas árabe-muçulmanas durante as quais a região se manteve designada por Palestina até o completo controle do Império Turco-Otomano. Por 400 anos (1517-1918) não se utilizou o nome Palestina, pois a administração turca dividira o território em subprovíncias chamando cada uma pelo nome de sua cidade-capital. A partir do Mandato Britânico (1920-1947), o termo Palestina foi definido pela primeira vez na história moderna como se referindo aos dois lados do Rio Jordão – hoje Israel e Jordânia. Em 1921, a Inglaterra nomeia a área leste do rio de Emirado da Transjordânia, e deixa a área a oeste, entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão, sob disputa entre árabes e judeus ali residentes. Em 1947, o governo britânico informa às Nações Unidas que renunciaria ao Mandato da Palestina para que a ONU decidisse o futuro da região. Esta opta pela partição da terra em um Estado Judaico para os judeus sionistas e um Estado Árabe para os árabes da região que só viriam a adotar o nome de palestinos em 1964, com a criação da OLP.

## 2.2 CONFLITO: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

Os judeus viveram na região do Estado de Israel por milênios, durante os quais sofreram dois exílios: o primeiro para a Babilônia (região no atual Iraque) em 586 a.C, quando o imperador Nabucodonosor II invadiu o Reino de Judá; o segundo em 70 d.C, após a invasão e destruição de Jerusalém pelo Império Romano, levando os judeus a se espalharem pela Ásia Menor, África, sul da Europa e, posteriormente, América. Quando o imperador Adriano coloniza o Reino da Judeia, ele a rebatiza de Palestina (conforme explicado em tópico anterior). Perseguidos e expulsos constantemente pelo crescimento do cristianismo e pelo Antissemitismo, os judeus tiveram sua distribuição demográfica alterada ao longo do tempo. Já no fim do século XIX e início do XX, dois acontecimentos os levariam a retornar a sua antiga região, os pogroms na Rússia e o Holocausto de Hitler. O Sionismo, movimento que defende o retorno dos judeus à terra de Israel, surgiu na Europa, no século XIX.

Inicialmente possuía um caráter religioso, estimulando a aproximação do povo judeu de sua religião e cultura ancestral. Mas após o Holocausto, o Sionismo ganhou outra proporção. O assassinato de seis milhões de judeus e o silêncio dos governos europeus diante deste massacre funcionaram como catalisadores de uma demanda histórica, o restabelecimento da terra de Israel como o verdadeiro e seguro lar para o povo judeu. *“I think the world understood not only that it has guilt, but understood that a solution must be found for the Jews problem and the natural place for the solution would be Palestine because there was their historical land”* (MORRIS, entrevista ao programa Roda Viva, 2014).

Já uma presença árabe expressiva na região data de 637 d.C com a conquista muçulmana da então designada pelos romanos, Palestina. Mesmo a partir deste período, a população judaica na região nunca se extinguiu, embora sempre como minoria. Após sua expulsão de Jerusalém, os judeus mantiveram colônias de onde retornaram quando, em 638, Omar I toma Jerusalém e permite a entrada de famílias judias de Tiberíades na cidade. Entre os séculos XI e XIII, ocorrem as Cruzadas, guerras santas contra o Islão preconizadas pelos poderes cristãos da Europa ocidental. Seu incentivo: Libertar Jerusalém e a Palestina, onde Jesus Cristo e os seus apóstolos tinham vivido e que estavam sob o domínio de infiéis. Ao final, as Cruzadas fracassam e a Palestina é dominada pelos Mamelucos e, em 1516, pelo Império Turco-Otomano que permaneceria no poder da região até o início do século XX.

No final do século XIX, devido às perseguições, imigrantes judeus europeus e sionistas, começam um retorno em massa, juntando-se aos milhares de judeus locais onde cultivavam terras compradas diretamente da administração turca. No início do século XX, antes da queda do império, também ocorre uma imigração árabe massiva para a região. Em 1917, o ministro britânico dos Assuntos Estrangeiros, Arthur James Balfour, envia à Lord Rothschild, líder da comunidade judaica do Reino Unido, a chamada Declaração de Balfour. O ministro declarava a intenção (mediante boa compensação financeira) do governo britânico de apoiar a criação de um Estado judaico na Palestina, caso a Inglaterra derrotasse o Império Turco-Otomano na guerra. Scalercio (2003) aponta como equívoco do Movimento Sionista, seus líderes priorizarem o contato com os britânicos, ignorando os árabes, mesmo sabendo que estes não aceitariam passivamente ceder espaço para judeus recém-chegados. Mas o controle em si da região naquele momento estava nas mãos dos britânicos e não dos árabes e a reciprocidade da Inglaterra com o Sionismo sobressaía na medida em que esta tinha interesse em dividir a região para melhor governá-la. Em 1918, ao final da Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra conquista a região e no ano seguinte, o Tratado de Versalhes a divide com a França, que ocupa as áreas do Líbano e da Síria. Esta situação se mantém até 1945.

Apesar da Declaração de Balfour, durante seu mandato na Palestina, o Reino Unido hesitou com relação à imigração judaica tentando apaziguar a população árabe que via no retorno dos judeus a sua terra de origem, o fim do estabelecimento do seu califado. Já os sionistas, insatisfeitos com a situação, criam em 1931, o Irgun, primeira força paramilitar para apressar a criação do Estado de Israel. A ascensão do Nazismo e as perseguições aumentam as tentativas de imigração dos judeus para a Palestina, mas a administração inglesa bloqueia cada vez mais a entrada destes, chegando inclusive a repatriá-los para a Alemanha. A oposição árabe era crescente e os nazistas ainda prestavam ajuda ao Grão-Mufti de Jerusalém na propaganda antijudaica. No final da guerra, os sobreviventes do Holocausto são impedidos de voltar para a Palestina e tem início uma escalada de violência de grupos militantes judaicos e árabes que a Inglaterra não consegue conter. Esta entrega então a administração da Palestina à recém-criada Organização das Nações Unidas – ONU.

Em 29 de Novembro de 1947, uma Assembléia Geral da ONU vota pela resolução 181 que propõe a partilha da Palestina em dois estados, um judeu e outro árabe. A partilha baseava-se nas populações até então estabelecidas na região: 53% do território iriam para 700 mil judeus e 47% para 1 milhão e 400 mil árabes. Deste número, 900 mil haviam imigrado durante o início do século XX e 500 mil já viviam na Palestina. No século XIX e início do XX, judeus vindos da Europa ocidental e do norte da África também já haviam imigrado para a Palestina, juntando-se a outros milhares de judeus que viviam historicamente ali, e haviam comprado 65% das terras do antigo mandato Turco-Otomano. Por isso a proporção de terras da partilha. Os judeus ganhariam o deserto do Neguev, estendendo-se até os limites do Sinai, a oeste, e até o golfo de Ácaba, ao sul; a planície costeira entre Tel Aviv e Haifa; e partes da Galiléia, ao norte. Os árabes receberiam a Cisjordânia, Gaza, Jaffa – a cidade portuária ao lado de Tel Aviv –, cidades ao centro-leste como Hebron e Ramallah, e Acre, ao norte. Jerusalém seria internacionalizada e haveria união econômica. O Brasil teve grande importância no plano de partilha da Palestina através da figura de Osvaldo Aranha, diplomata brasileiro falecido em 1960. Chefe da delegação brasileira, Aranha presidiu a assembléia que votou pela partilha, culminando na criação do Estado de Israel.

A Agência Judaica aceita a resolução, embora insatisfeita com as restrições à imigração judaica e os limites territoriais do futuro Estado Judeu. Os árabes em Israel e a Liga Árabe (organização de Estados árabes fundada em 1945) não a aceitam por considerarem a proposta contrária à Carta das Nações Unidas, segundo a qual cada povo tem o direito de decidir seu próprio destino, declarando assim, oposição a qualquer plano de separação,

segregação ou divisão do seu país ou que atribuísse direitos ou estatuto especiais e preferenciais a uma minoria.

Em 14 de maio de 1948, David Ben-Gurion, um dos líderes do Sionismo Socialista, assina a Declaração de Independência e oficializa o nascimento do Estado de Israel com 35% de sua população oriunda da Palestina, 55% originários da Europa e 10%, provenientes da Ásia ou da África. Os Estados árabes reagiram imediatamente. No dia seguinte, teria início a primeira guerra Árabe-Israelense de uma série de guerras político-territoriais ao longo da 2ª metade do século XX, adentrando o século XXI. No decorrer dos anos, os países árabes recusaram-se a reconhecer Israel como Estado e a manter relações diplomáticas com o mesmo. Na Guerra da Independência, os exércitos do Egito, Síria, Iraque, Jordânia, Líbano e Arábia Saudita, combinados, atacam Israel por três frentes diferentes. Mas o lado árabe, focando na realização de objetivos particulares, perde pela falta de coordenação e de uma liderança efetiva e unificada, apesar da superioridade numérica. O Armistício de Rodes<sup>1</sup> formaliza o controle judaico das áreas alocadas ao Estado de Israel junto com mais da metade da área antes alocada ao Estado árabe, tirando Cisjordânia e Gaza. Oren (2004) ressalta que a anexação da Margem Ocidental (Cisjordânia) pela Transjordânia e a ocupação egípcia de Gaza assinalaram a perda palestina de um Estado que deveria conter ambos os territórios. Após as anexações, nem a Transjordânia nem o Egito permitiram a criação de um estado palestino nestes territórios. A ONU estima que pouco mais de 710 mil árabes tornaram-se refugiados em países vizinhos como Líbano, Jordânia, Síria e Faixa de Gaza. Durante as décadas seguintes, entre 700 e 900 mil judeus também tiveram que sair dos países árabes onde viviam devido ao Antissemitismo, expulsão ou opressões legalizadas. Cerca de dois terços foram para campos de refugiados em Israel.

Em 1967, na Guerra dos Seis Dias, Israel conquistou a Cisjordânia e Jerusalém Oriental (tornando Jerusalém uma capital unificada), da então Jordânia; a Faixa de Gaza e a Península do Sinai, do Egito; e as Colinas do Golã, da Síria. Os palestinos tiveram todos os territórios antes destinados à construção de seu Estado, agora sob poder israelense, submetendo boa parte da população a seu controle militar e administrativo. Teve início a implantação de assentamentos nos territórios ocupados, principalmente na Cisjordânia. Em 1970, como resolução de negociação de paz com o Egito, Israel devolve a este, toda a Península do Sinai. Em 1987, ocorre a primeira Intifada, uma revolta dos palestinos,

---

<sup>1</sup> Em 1949, após o fim da Guerra de Independência, foi assinado o Armistício de Rodes, mediado pelas Nações Unidas, entre Israel e Egito, Líbano, Jordânia e Síria.

principalmente os jovens, contra a ocupação militar israelense na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. A situação nos territórios ocupados, notadamente em Gaza, estava fazendo com que a OLP perdesse espaço para o movimento Hamas, que aumentava sua influência e atuação.

Em 1993, são assinados os Acordos de Oslo entre Yitzhak Rabin, então primeiro-ministro de Israel, e Yasser Arafat, presidente da OLP, com a mediação do presidente americano, Bill Clinton. Os acordos previam o término dos conflitos, a retirada das forças armadas israelenses da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, e o direito dos palestinos ao autogoverno nas zonas controladas por uma autoridade palestina. Estas disposições durariam por um período transitório de cinco anos durante o qual um acordo permanente seria negociado. Questões pendentes como o status de Jerusalém, refugiados palestinos, assentamentos israelenses, segurança e fronteiras seriam negociadas neste período. A Cisjordânia fora dividida em três áreas: zona A, sob controle total da ANP; zona B, sob controle civil da Autoridade Palestina e militar do Exército de Israel; e zona C, sob controle total do Governo de Israel. Também houve um acordo de reconhecimento mútuo: a OLP reconheceu o Estado Judeu e comprometeu-se a rejeitar a violência, e Israel reconheceu a OLP como representante dos palestinos e parceiro nas negociações. Yasser Arafat foi autorizado a voltar aos territórios ocupados. O acordo não prometeu um Estado palestino, apenas estabeleceu um processo de negociação sem resultado pré-definido.

Em 2000, na segunda Intifada, amplos motins e ataques eclodiram em Jerusalém e muitas das grandes cidades israelenses, espalhando-se por toda a Cisjordânia e Faixa de Gaza. Em 2005, o primeiro-ministro israelense Ariel Sharon propõe um plano de desocupação unilateral dos assentamentos e dos postos militares na Faixa de Gaza e no norte da Cisjordânia. Plano aprovado, todos os civis israelenses foram retirados majoritariamente à força, e os edifícios residenciais demolidos. No entanto, Israel mantém um bloqueio por ar, mar e terra que restringe a circulação de mercadorias, serviços e pessoas. A partir da total evacuação da Faixa de Gaza e da tomada do poder pelo Hamas, em 2007, este e Israel entrariam em confronto armado em 2008, 2012 e 2014.

### 2.3 HAMAS: ORIGEM E CONTROLE DA FAIXA DE GAZA

Hamas e Fatah são os principais partidos representantes dos palestinos, fazendo oposição um ao outro. Hamas significa Movimento de Resistência Islâmica, uma organização fundamentalista com uma esfera de atuação social teoricamente voltada à construção de escolas, hospitais e instituições religiosas, e um braço armado oficial intitulado Brigadas al-

Qassam. Foi criado em 1987, no início da Primeira Intifada, por xeques da ala palestina da Irmandade Muçulmana do Egito. O Fatah representa o Movimento de Libertação Nacional da Palestina, é uma organização política e militar, fundada em 1959 no Egito, por Yasser Arafat e outros membros da diáspora palestina. É a maior facção da OLP e atualmente é o partido da Autoridade Palestina. É menos radical que o Hamas e possui maior aceitação internacional por pregar a reconciliação com Israel. Nos anos 70, Fatah e OLP uniram-se e iniciaram uma série de ataques terroristas a civis israelenses. Depois da 1ª guerra do Líbano, a “OLP Fatah” derrotada foge para a Tunísia. Com os acordos de Oslo em 1993, o grupo comprometeu-se a abandonar o terrorismo transformando-se na ANP, com Arafat na presidência. No ano seguinte, eles tomam o controle de partes da Faixa de Gaza e da Cisjordânia.

Em 2005, Israel determina a retirada de todos os seus colonos da Faixa de Gaza, quando a ANP assume o controle total do território, com Mahmoud Abbas na presidência. No início de 2006, ocorrem as eleições parlamentares palestinas nas quais o Fatah perde para o Hamas. 73% dos eleitores registrados votaram na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e em Jerusalém, o que caracterizou uma vitória democrática do Hamas. O motivo: a população palestina estava insatisfeita com a incompetência e corrupção do Fatah, não hesitando em eleger para governar um grupo que defende o uso de armas e o terrorismo. Hamas e Fatah têm um histórico de adversidades entre si desde os anos 80, e uma verdadeira ruptura ocorreu em 1988, quando a OLP reconheceu o princípio de dois Estados, vivendo lado a lado. A situação agravou-se com os Acordos de Oslo quando o Hamas alegou que a OLP e Yasser Arafat traíram a causa palestina.

Em 2007, Hamas expulsa o Fatah da Faixa de Gaza, colocando Ismail Haniya no poder. Ehud Olmert, primeiro-ministro israelense da época declarou que não negociaria a paz ou transferiria impostos a uma ANP que incluísse uma organização terrorista que prega a destruição do Estado judaico. A definição do Hamas como um movimento terrorista varia por país. O terrorismo define-se pela violência física ou psicológica através de ataques pontuais para incutir o medo e o terror. Afetando não somente as vítimas diretas em si, mas toda a população ao redor, o objetivo é causar efeitos psicológicos que ajudem a instituição a alcançar o que deseja. Segundo o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DOD), terrorismo seria a utilização calculada da violência, da ameaça de violência, da intimidação, da coerção ou do medo para fins políticos ou religiosos. Na visão do linguista Noam Chomsky (2001), isto apenas traduziria o que o próprio governo americano chama de guerra de baixa intensidade, e defende que a luta dos povos contra regimes colonialistas e ocupações militares difere de atos terroristas. Muitos países compactuam com a visão de Chomsky e

legitimam o uso da violência política por organizações radicais e completamente motivadas por ideologias. África do Sul, Rússia, Noruega e Brasil não consideram o Hamas uma organização terrorista, por exemplo, mas uma frente política legítima. O Tribunal de Justiça da União Europeia também ordenou a retirada do movimento da lista das organizações terroristas, embora a Comissão Europeia continue a considerá-lo como tal. Segundo seu vice-diretor, Moussa Abu Markouz, o Hamas é um movimento de resistência que tem o direito de resistir à ocupação, de acordo com as leis e as normas internacionais. O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, afirma que o grupo é uma organização assassina cujo objetivo é destruir Israel. Para países como Canadá, Israel, Japão e Estados Unidos, o Hamas é uma organização terrorista, pois se trata de um movimento com ações típicas terroristas: assassinatos, sequestros e explosões de bombas, de forma indiscriminada e aleatória, e em quaisquer épocas de “paz” ou conflito. É uma estratégia política para causar um estado de medo na população. Mosab Hassan Yousef, ex-integrante do Hamas e filho de Hassan Yousef – um dos fundadores do movimento – possui uma classificação própria:

A maioria das pessoas pensa que Hamas é um partido político [...] o Hamas tem uma agenda global religiosa e ideológica que é muito perigosa não apenas para Israel, não apenas para a região do Oriente Médio. Seu objetivo é conquistar o globo e construir um estado islâmico em cada metro do nosso globo. Agora, a todos que discordam, Hamas acredita que eles tem o direito de puni-los, matando-os. Então, basicamente, estamos falando de um movimento ideológico que tomou vantagem de uma causa política onde há uma enorme confusão. Agora, eles estão usando mulheres e crianças como escudo e basicamente, estão provocando a situação que irá servir sua agenda oculta. Isso é o movimento Hamas. (YOUSEF, H. Entrevista ao Mark Levin Show. 2014.)

O Hamas tem objetivos declarados: em curto prazo, a expulsão das forças israelenses dos territórios ocupados por meio de ataques contra soldados, colonos judeus e civis israelenses; em longo prazo, o estabelecimento de um Estado islâmico em toda a Palestina histórica, cuja maior parte permanece dentro das fronteiras de Israel desde sua criação em 1948. Declarações que atrapalham as negociações entre Israel e Hamas constam do Estatuto<sup>2</sup> deste: “O Profeta, que as bênçãos e a paz de Alá recaiam sobre ele, disse: ‘A hora do julgamento não chegará até que os muçulmanos combatam os judeus e terminem por matá-los’.” (A Universalidade do Movimento de Resistência Islâmica - Art. 7º); “ceder uma parte

<sup>2</sup> O Estatuto (Carta) de Fundação do Hamas foi publicado em 1988, e amplamente divulgado pelos sites palestinos oficiais.

da Palestina é negligenciar parte da fé islâmica” (Soluções Pacíficas, Iniciativas e Conferências Internacionais - Art. 13º).

### **2.3.1 Conflitos Diretos entre Israel e Hamas**

Em 2008, 2012 e 2014, Israel e Hamas entraram em conflito armado envolvendo ataques aéreos e territoriais que levaram à morte de civis e militares em ambos os lados. Estes conflitos seguem uma rotina-padrão, são majoritariamente desencadeados pelo lançamento de foguetes da Faixa de Gaza para cidades do sul de Israel como Ashkelon e Sderot, através do qual, o Hamas clama pelo fim do bloqueio israelense. Em represália, a IDF inicia ataques aéreos a locais específicos em Gaza, como armazéns de munição, depósitos e fábricas de foguetes, e muitas vezes, parte para incursões terrestres perto da fronteira. As mortes do lado palestino são sempre mais numerosas do que no lado israelense. Neste, o governo investe milhões em estrutura de defesa para sua população civil contra foguetes; as cidades possuem incontáveis abrigos antiaéreos e desde 2011 foi posto em utilização o Domo de Ferro, sistema de defesa antiaéreo projetado para interceptar e destruir mísseis e bombas de artilharia cuja trajetória seja áreas povoadas. Por isso, a maioria das mortes do lado israelense é de militares, durante incursões terrestres na Faixa de Gaza. Deste lado, os palestinos alegam ataques indiscriminados à sua população e muitas mortes de civis. Segundo Israel, a IDF promove ataques localizados em áreas que abrigam estrutura e armamentos do Hamas, muitas vezes dentro de casas, escolas e mesquitas. Isto explicaria a morte de civis palestinos, seu uso como “escudos humanos” pelo Hamas, em uma estratégia antiataque do movimento. Em julho de 2014, houve o último conflito armado entre Israel e Hamas, desencadeado pelo sequestro e assassinato de três adolescentes israelenses por integrantes do movimento. Como vingança, um jovem palestino também foi morto por extremistas judeus, gerando uma série de protestos nos territórios ocupados. Teve início o disparo de foguetes da Faixa de Gaza contra o sul de Israel que, posteriormente chegaram ao centro – nas cidades de Jerusalém e Tel Aviv -, e ao norte – na cidade de Haifa. Israel iniciou então uma campanha de bombardeio aéreo intenso contra o território palestino, e depois, realizou uma invasão por terra para eliminar túneis que dariam acesso ao país, possibilitando atividades terroristas. No final, 31 túneis foram descobertos e destruídos. Um cessar-fogo foi mediado pelo Egito, por tempo ilimitado. Com quase dois meses de duração, o conflito matou mais de 2000 palestinos e perto de 70 israelenses. Na Faixa de Gaza, milhares de pessoas perderam suas casas; em Israel, ao menos 8000 deixaram as suas.



### 3 ORIENTE MÉDIO SOB HOLOFOTES

Em 2010, o site *Open Democracy* divulgou um relatório que mostrava como o conflito Israelo-Palestino é muito mais abordado pela mídia do que outros conflitos até mais violentos e trágicos, sobretudo na África. Um levantamento da *AlertNet World Press Tracker* indicou que em dois dias de dezembro de 2008, o grupo cristão fundamentalista “Exército de Resistência do Senhor” matou e mutilou 200 civis no Congo, inclusive estuprando mulheres e torturando bebês. Nos mesmos dias, acontecia um cessar-fogo entre Israel e Hamas. Este fora noticiado 40 vezes na mídia, já o massacre no Congo não fora sequer mencionado. Nas três semanas seguintes, o conflito deixara 926 palestinos e três israelenses mortos, notícia reportada 2.896 vezes pela mídia. Enquanto isso, o grupo no Congo matara 865 civis e sequestrara 160 crianças, aparecendo na imprensa apenas 20 vezes. As consequências da Guerra do Congo já chegaram a matar 45 mil pessoas por mês de doenças, desnutrição e atrocidades sexuais, mas nunca chamaram tanto a atenção da mídia quanto o conflito Israelo-Palestino, que possui primazia na cobertura jornalística das guerras. Críticos do ocidente geralmente atrelam a situação dos palestinos à miséria, aos refugiados de guerra e à realização de um “genocídio” por parte de Israel, como consequências do conflito. Este cenário fica muito mais evidente que outras inúmeras situações desesperadoras como a do Congo, que já matou 5.000 vezes mais civis que o conflito no Oriente Médio. Não se menciona também que a qualidade de vida dos palestinos é bem melhor do que a média de outros povos oprimidos na África e na Ásia; sua expectativa de vida, por exemplo, é de 73,02 anos, maior que a do Egito e quase equivalente à posição brasileira de 73,62 anos. O índice de palestinos alfabetizados chega a 95,6% (Brasil possui 91,3%). Mas os argumentos para justificar a atenção excessiva dada à guerra entre Israel e palestinos pela mídia variam desde a opressão destes até a responsabilidade moral do Ocidente pelo que acontece na região. As disputas territoriais na África também são resultado do desfecho da colonização ocidental, e não aparecem na mídia. A legitimidade da luta nacional palestina também é foco enquanto outras lutas como a do Tibete e da Chechênia raramente são noticiadas. Espera-se de Israel, como democracia, um elevado padrão de comportamento – especialmente com relação aos direitos humanos – o que aumenta a atenção da mídia global, mas não se atribui tanta responsabilidade nem atenção ao igualmente democrático Sri Lanka cuja guerra civil em 2009 matou 20 mil civis e no mesmo cenário: governo atacando grupos terroristas em áreas densamente povoadas por civis. Por último, a importância que se dá ao conflito Israelo-Palestino teria mais a ver com questões ideológicas e geopolíticas do que humanitárias.

Diferentemente das guerras na Ásia ou na África, este conflito tem o poder de desencadear uma conflagração regional e até mundial. Trata-se de um confronto entre o ocidente e o mundo árabe onde Israel representa os interesses imperialistas americanos ou uma luz de democracia no meio dos países árabes opressores, e os palestinos representam a ameaça do mundo árabe ou um pequeno grupo oprimido pelo mundo. Tudo depende dos interesses de quem enxerga e é isso que satisfaz a mídia e seus consumidores de informação.

### 3.1 A REPRESENTAÇÃO DO CONFLITO NA MÍDIA

O principal trabalho da mídia, portanto, é abordar os acontecimentos que dão mais ibope. É um trabalho institucionalizado com o objetivo de promover um ciclo vicioso entre o que vira notícia, sua repercussão e o retorno do público em termos de consumo de informação. Segundo Prudencio (2006), a comunicação de massa produz efeitos cognitivos e cumulativos na vida cotidiana, uma perspectiva conhecida como *agenda setting*, segundo a qual a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pela mídia. Isso ocorre porque determinados assuntos são tematizados em detrimento de outros segundo critérios de noticiabilidade que promoverão o ciclo explicitado. Estes critérios são um conjunto de elementos que permitem a transformação do fato em notícia, sendo definidos por regras que orientam os jornalistas na sua prática diária. Os componentes da noticiabilidade são os valores notícia, que estão presentes na seleção e apresentação dos fatos, no que deve ser realçado ou omitido, e as restrições de espaço e tempo aumentam a importância desses valores, no sentido de conferir uma rotina produtiva que facilite o trabalho. As notícias são, portanto, resultado de vários processos de adaptação a uma lógica tipificada de produção que os jornalistas usam para transformar acontecimentos peculiares em matérias que possam ser submetidas a processos de rotina. “Estes impõem ordem e reduzem a variabilidade dos acontecimentos. Dessa forma, canalizam as percepções dos jornalistas ao impor um marco (frame) sobre os fatos” (PRUDENCIO, 2006, p. 63). Alguns exemplos destes critérios são a notoriedade do ator principal do acontecimento – conflitos entre Israel e palestinos sobressaem mais do que outros conflitos como já explicitado; atualidade, que se refere aos “ganchos” construídos pelos jornalistas para renovar um assunto já noticiado antes – quando não em momentos de guerra, constantemente se encontra na mídia matérias sobre o governo israelense, pronunciamentos de lideranças e acordos em processo; notabilidade, a qualidade de ser visível e, neste caso considera-se fatores como a quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento – por exemplo, o número

de mortos em um ataque –, e a inversão do curso normal dos fatos – em uma guerra não se aborda os acontecimentos por sua cronologia e sim pelo que gera maior repercussão e circulação da notícia; o conflito, ou controvérsia, violência física ou simbólica, como uma disputa verbal entre líderes políticos. “Essa é a especificidade do jornalismo, que interpreta a realidade à sua maneira” (PRUDENCIO, 2006, p. 66), é uma expressão pautada na construção de imagens e aparências.

Jean Baudrillard (1981) chama a sobreposição da imagem perante a realidade de simulacro, algo que apenas parece real. O simulacro faz uso de estratégias que lhe representam como deveria ser ou como é na imaginação das pessoas. Esta, por sua vez, é povoada pelas imagens da mídia. Martino (2014) ressalta que uma contínua exposição de imagens repetidas de determinadas situações tende a reforçar clichês – imagens que se perpetuam com força da televisão às redes sociais. Como explicitado, há uma desigualdade de representações, por exemplo, no que se mostra sobre países no noticiário. Alguns são mostrados sempre enquanto outros são raramente abordados, alguns povos são mostrados negativamente e outros não. Essas representações constituem a realidade mediada a partir da qual se conhece o mundo, elas começam nas mídias tradicionais e são transportadas para as novas mídias digitais pedindo engajamento. Mesmo assim, a área jornalística é considerada de excelência técnica e competência profissional. Na medida em que seu código é reconhecido pelo leigo, este confere legitimidade ao jornal. O conflito entre Israel e palestinos é assunto constantemente abordado e discutido. Acontecimentos envolvendo estes personagens são sempre alvos de matérias de jornais, blogs e colunas de opinião, gerando uma grande circulação de informação. Então, ao longo do tempo, o conflito foi ganhando contornos fixos pelos interessados, imagens foram sendo associadas a cada aspecto moldando exatamente as tipificações necessárias à rotina jornalística: Israel sempre tratada como a responsável pela causa e também pela resolução de todos os males, os palestinos como grupo intensamente oprimido e vitimado pela guerra. No final, se junta a intensidade com que o conflito aparece com a superficialidade de sua abordagem, pois o papel da mídia não é esclarecer a história, mas informar os acontecimentos de forma astuta com terminologias já conhecidas pelo público que levem a uma fácil captação do ocorrido. Por exemplo, quando a imprensa se refere ao conflito, ela já usa o termo “palestinos” automaticamente para designar essa parte do povo árabe que clama por um Estado palestino na Palestina histórica. Mas a imprensa não explica algumas questões imutáveis: o termo “Palestina” provém do povo filisteu das Ilhas Gregas; o nome surgiu como uma tentativa do imperador romano Adriano, grande inimigo dos judeus, de acabar definitivamente com a memória de Israel – e por isso também trocou o

nome bíblico de Jerusalém para "Aelia Capitolina"; a Palestina histórica abrange o que hoje se conhece por Israel, Gaza, Cisjordânia e Jordânia, e abrigou o povo judeu e árabes provenientes de outros países como Síria e Líbano. Portanto, historicamente, judeus também são palestinos; nunca existiu na história um povo palestino, com uma unidade cultural palestina. Jordanianos, palestinos, sírios e libaneses, todos fazem parte do povo árabe, mas é do interesse nacional dos árabes contrapor a existência dos palestinos ao Sionismo. A Jordânia, que é um país com território definido, não pode reivindicar a cidade israelense de Haifa, mas um palestino pode. Entretanto, se a soberania árabe fosse consolidada sobre o que eles chamam de Palestina, não tardaria em haver uma unificação dela com a Jordânia. De 1948 a 1964, as áreas da Cisjordânia e Gaza estavam sob os domínios jordaniano e egípcio respectivamente. Nesse tempo, mesmo com a ocupação árabe, não houve menção à criação de um Estado palestino, pois os árabes que ali residiam possuíam diferentes nacionalidades. O termo “palestino”, como usado hoje pela imprensa e consequentemente pelo público em geral, surgiu em 1964, quando a Liga Árabe criou a OLP. Para Scalercio (2003), esta organização foi fundada numa tentativa dos líderes de países árabes de controlar um movimento palestino potencialmente explosivo. A revista egípcia *Al Musawar* escreveu na época: “a criação de uma nação palestina é o resultado de um planejamento progressivo, pois o mundo não admitiria uma guerra de 100 milhões de árabes contra uma pequena nação israelense”<sup>3</sup>.

Portanto, quando a mídia se refere ao conflito por “Israel *versus* Palestina/palestinos”, ela não presta nenhum esclarecimento a respeito de suas origens, apenas perpetua uma visão reducionista e superficial do mesmo que será transposta posteriormente para o consumidor de informação. Judeus e árabes são palestinos e o conflito entre os mesmos pelo controle da terra, data de muito antes da criação do Estado de Israel, mas sua representação na mídia é pautada de 1948 em diante. Há toda uma geração de jornalistas que cresceu ouvindo uma história específica com valores específicos, acarretando em uma circulação de informações panfletárias e não informativas de fato. Por exemplo, a inversão da cronologia dos acontecimentos é percebida diversas vezes na abordagem dos confrontos entre Israel e Hamas. Não se fala em ataque e, posteriormente, um contra-ataque, fala-se no que confere maior visibilidade à notícia, geralmente os contra-ataques de Israel, que figuram uma desproporcionalidade de forças na mente das audiências.

---

<sup>3</sup> Israel oder Palästina?, Rudolf Pfisterer, Brockhaus, p. 140.

MÉDIO ORIENTE

## Israel ataca Gaza após anúncio de 5 dias de trégua

por Lusa, publicado por Ricardo Simões Ferreira 14 agosto 2014 Comentar



FERRAMENTAS

PARTILHAR NOTÍCIA

Gosto 31

RELACIONADO

Explosão acidental de missile israelita faz cinco mortos

TAGS

Faixa de Gaza, Gaza, Globo, Médio Oriente

Ainda antes do anúncio de cessar-fogo de 5 dias o sul de Israel tinha sido alvejado por rockets lançados de Gaza  
Fotografia © REUTERS/Amir Cohen

**Quatro ataques aéreos israelitas foram hoje sentidos em Gaza, pouco tempo depois do período de cessar-fogo entre Israel e o movimento islâmico palestino Hamas ter sido prolongado por cinco dias.**

De acordo com informações avançadas pela agência noticiosa AFP, os ataques de Israel seguem-se a foguetes lançados pelo Hamas pouco depois de terminado o cessar-fogo de três dias na região, entretanto prolongado por mais cinco dias.

Figura 1 – Matéria do Diário de Notícias Globo

Fonte: Site Diário de Notícias, 2014.

O mesmo ocorre com relação ao Muro da Cisjordânia que separa os territórios palestinos nesta de Israel. O governo israelense o chama de “cerca de separação” e visa impossibilitar a infiltração de terroristas no país. Durante os anos 90 e início dos anos 2000, houve uma grande onda de ataques terroristas em Israel, com explosões de homens-bomba dentro de ônibus, restaurantes, boates, etc. Após a construção do muro, requisitada pela direita e esquerda israelenses, os ataques cessaram. Para a Autoridade Palestina, o muro leva à incorporação de partes dos territórios palestinos à Israel e isola milhares de pessoas. Por causa do muro, Israel é acusado de segregação racial e Apartheid ao redor do mundo, mas ao mesmo tempo, os apoiadores da causa palestina não comentam sobre o bloqueio Egípcio à Faixa de Gaza e não acusam o país árabe de racismo ou segregação. Em 2008, o Egito começou a construção de um muro de concreto em sua fronteira com o território palestino, alegando uma tentativa de frear o contrabando de alimentos, bens e armas, embora isto ainda

ocorra via centenas de túneis ligados ao Sinai egípcio. Para destruir estes túneis, Egito já tentou introduzir água ou gás venenoso. O país também teme que o Hamas entre no deserto do Sinai para se aliar à Irmandade Muçulmana e causar problemas, por isso o bloqueio à Faixa de Gaza também confere uma questão de segurança antiterrorismo, mas apenas o Muro da Cisjordânia é abordado pela mídia, e comumente através de matérias que explicam esforços para que ele seja derrubado.

Também não se houve falar tanto do movimento britânico “*Tibet Free*” quanto do “*Palestine Free*” mundialmente conhecido e apoiado por celebridades internacionais da música. Não há neste sentido, uma cobertura proporcional com relação às “mazelas” da sociedade como explica a pesquisa da *Open Democracy*, há uma obsessão da mídia, transposta para o público, pelo conflito Israelo-Palestino. Isto é fruto também da própria forma como os líderes mundiais regem tais “mazelas”. Por exemplo, Israel recebe constantemente sanções por parte do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, mas este mesmo conselho não investiga o quanto do dinheiro doado pela ajuda humanitária internacional ao Hamas é investido em melhorias no índice de desenvolvimento humano da Faixa de Gaza. E os palestinos são o único grupo de refugiados no mundo a ter uma agência da ONU só para eles, a UNRWA.

Kellner (2001) ressalta que é preciso traçar o modo como as formas e os discursos culturais ideológicos perpetuam a opressão. Segundo o autor a sociedade é um grande “campo de batalha”, onde as lutas heterogêneas são mostradas nas telas e nos textos da cultura da mídia. A ideologia faz com que sentimentos, afeições e crenças deem consentimento para determinados pressupostos, chamados de “senso comum”. Assim, grupos fazem discursos sobre direitos e liberdade, direcionados para seus próprios objetivos ideológicos. Um discurso muito comum é o da perda progressiva de territórios por parte dos palestinos devido ao expansionismo israelense.

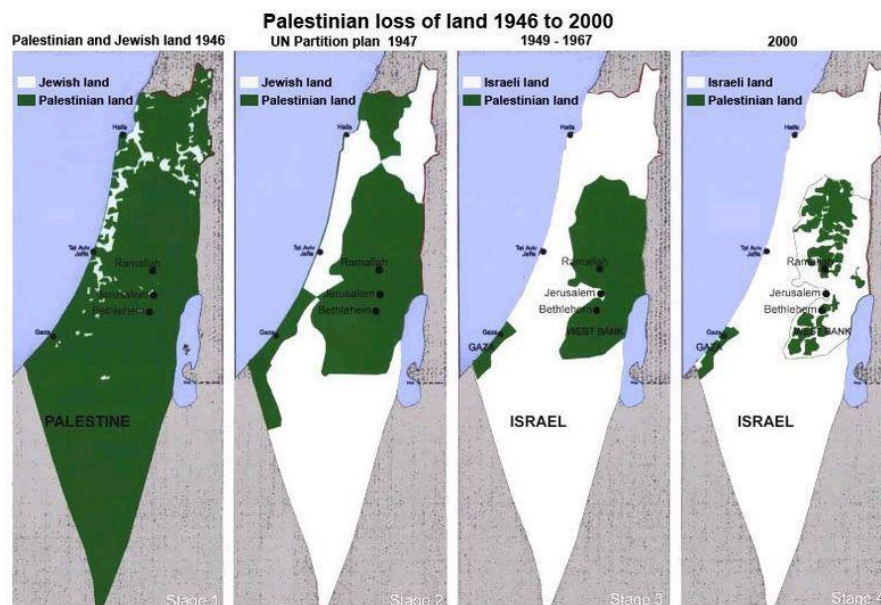


Figura 2 – Representação gráfica de mudanças territoriais na região da Palestina

Fonte: Blog Juan Cole, 2010.

O mapa acima ficou conhecido em 2010, quando Juan Cole, professor de história da Universidade de Michigan, começou a divulgá-lo em diversos artigos. O primeiro mapa mostra terras pertencentes a judeus, em branco, e pertencentes aos árabes palestinos, em verde, em 1946. Apesar de constarem apenas estas informações no mapa, Cole dá toda uma explicação em seu blog de que ele apenas retrata como a Liga das Nações, nos anos 20, imaginou que seria a Palestina em 1946. Ou seja, o mapa é a previsão de um futuro que nunca ocorrerá. Na verdade, o mapa da ONU de 1945 para a Palestina, introduz uma categoria de terra chamada "Público e Outros". Enquanto 47,06 por cento das terras pertencia aos árabes e 5,15 por cento pertencia a judeus, a maior categoria de terra, 47,8 por cento, encaixava-se em "Público e Outros" por pertencer ao Mandato Britânico. O mapa apresenta uma divisão colocando judeus *versus* Palestina, sendo que esta passa a ideia de ser governada por árabes e não por britânicos. Seria possível também desenhar um mapa dos árabes *versus* a Palestina, combinando a terra judaica com as terras do governo sob o nome de Palestina. Assim, pareceria que os judeus possuiriam a maior parte da terra na época. O segundo mapa apenas mostra o plano de partilha da ONU, de 1947, que foi rejeitado por todos os Estados árabes e, portanto, nunca entrou em vigor. O terceiro mapa mostraria a região após a primeira guerra Árabe-Israelense, de 1947, colocando a Cisjordânia e a Faixa de Gaza sob soberania palestina até 1967. Isto nunca ocorreu, pois neste período Jordânia e Egito tomaram o controle militar

destas regiões. Na Guerra dos Seis Dias, Israel conquista ambos os territórios até a ANP entrar pelos Acordos de Oslo. O quarto e último mapa mostraria a situação em 2000 com resquícios da ocupação israelense em territórios palestinos desde 1967. As áreas verdes são as controladas pela ANP; as que mudaram de verde para branco são áreas onde Israel mantém controle de segurança seguindo os acordos. Parece que Israel tomou territórios anteriormente palestinos, mas, na verdade, as pequenas áreas verdes foram as primeiras a serem concedidas para um autogoverno verdadeiramente palestino, por Israel diretamente a Yasser Arafat e seus sucessores. Esta montagem é amplamente utilizada até os dias de hoje em campanhas pró-palestinas, sendo divulgada por estudiosos, intelectuais, organizações e também jornais. Já apareceu em veículos americanos como o jornal *Foreign Policy* (2009) e a revista *The Atlantic* (2010), em websites de organizações como *National Council on Canada-Arab Relations* (2010), e também já serviu de display em ônibus e estações de trem na cidade de Vancouver, entre 2013 e 2014, como parte de uma campanha intitulada “*Disappearing Palestine*” da organização canadense *Palestine Awareness Coalition*. O discurso da perda territorial palestina abordada desta maneira confere ao último mapa um contexto deturpado, embora carregue uma representação precisa das soberanias israelense e palestina. Os três primeiros mapas foram intencionalmente organizados para passar a imagem de uma expropriação progressiva de terras palestinas por parte dos judeus e, posteriormente, Israel, ignorando governos, guerras e tomada de controle de terras ocorridos na história anteriormente. A disseminação desse discurso ajuda a estabelecer a hegemonia da imagem dos palestinos como única vítima da história, induzindo anuência a certas posições políticas, e levando a sociedade a ver nesta ideologia o modo como as coisas são. Não obstante, a mídia apropria-se de imagens e figuras ideológicas, assim como os discursos, que traduzem as posições políticas dominantes e concorrentes na sociedade.





Figura 3 – Vídeo exibindo o Jornal Nacional

Fonte: Site G1, 2015.

A imagem mostra um episódio do programa Jornal Nacional da Rede Globo, exibido em junho de 2015. Os apresentadores Heraldo Pereira e Carla Vilhena falam sobre um festival de ópera ocorrido em Massada, em Israel, enquanto a tela de fundo exhibe um mapa do país, ou o que seria considerado o Estado Judeu. Esta abordagem, por exemplo, já contradiz o quarto mapa da montagem anterior, não exibindo a Cisjordânia em sua totalidade, ignorando territórios da zona C, sob controle Israelense. Segundo Kellner (2001), a cultura da imagem dos meios de comunicação de massa são representações que ajudam a constituir a visão de mundo do indivíduo, pois transcodificam os discursos políticos e, assim, mobilizam sentimentos, afeições, percepções e o assentimento a determinadas posições políticas. Portanto, o jornal passa para os telespectadores a ideia de que aquela região em hipótese alguma faz parte do Estado Judeu.

Se a cultura da mídia de massa ajuda a constituir a visão de mundo das pessoas, a maneira como ela aborda o conflito se repete quando o público o repercute. Talvez não com as mesmas opiniões, mas com os mesmos vícios de linguagem. Hoje, as novas mídias digitais à disposição do público, permitem que este realize o que Malini e Antoun (2013) chamam de jornalismo-cidadão, o ato do “cidadão-repórter” informar algo através do *upload* de notícias e comentários próprios. O que se encontra de informação sobre o conflito nas redes sociais, por exemplo, muitas vezes é o reflexo dos valores e discursos pré-definidos pela mídia. Mas há uma diferença do que se encontra em cada meio em termos de conteúdo, pois as redes foram

criadas para disseminar informações sem a interferência do estado ou de corporações, então ou se ratificam tais valores e discursos ou se tentam combater. Mas seja para repercussão ou crítica, é inegável que a mídia de massa atue como uma ponte para a produção de conteúdo nas redes sociais. Uma pesquisa realizada pela Folha em 2014, durante os dois dias que sucederam as eleições no país, mostrou que mais de 70% dos compartilhamentos de links por usuários nas redes sociais vieram de conteúdo da mídia profissional – jornais, portais, TVs, rádios, sites de notícia nacionais ou internacionais. Este dado mostra que a grande maioria dos debates nas redes surge da cobertura profissional. Dali em diante, a plataforma aparece como uma espécie de “arena romana” do conhecimento, onde cada cidadão-repórter luta pela vitória da sua verdade.

### 3.2 EXTENSÃO DA GUERRA: A PASSIONALIDADE NA REDE SOCIAL

A vida das pessoas hoje se encontra fortemente vinculada às novas mídias digitais e toda a rotina criada a partir de sua utilização. A facilidade com que sua estrutura permite o compartilhamento, armazenamento e conversão de dados, levou ao início de uma cultura participatória, a “potencialidade de qualquer indivíduo se tornar um produtor de cultura, seja recriando conteúdos já existentes, seja produzindo conteúdos inéditos” (MARTINO, 2014, p.11). Nesse contexto, as redes sociais se tornaram um local de debate sobre os conflitos armados a partir de uma superprodução de conteúdo, constantemente retroalimentada pelos usuários. O público que acompanha a repercussão do conflito Israelo-Palestino na mídia, usa as redes para exercer o seu jornalismo-cidadão. Por exemplo, a última guerra entre Israel e Hamas, em julho de 2014 refletiu-se em um confronto nas redes sociais. Ambos os públicos pró-Israel e pró-palestinos tomaram as redes para realizar denúncias e apresentar justificativas às ações de cada lado. A guerra da propaganda entre Israel e os palestinos não é nova, mas com as novas mídias digitais ela ganha uma nova extensão e diferentes proporções.

Pierre Lévy (2003), fala de uma inteligência coletiva resultante deste processo, uma articulação entre diferentes conhecimentos desenvolvida na interação entre usuários no ciberespaço. No início do conflito, alunos do Centro Interdisciplinar, faculdade na cidade de Herzliya, criaram a campanha "*Israel Under Fire*" ("Israel sob Fogo"). Mais de 400 alunos voluntariaram-se para o programa, administrando cinco páginas do Facebook em inglês, árabe, espanhol, português e alemão. A página em português, "*Israel sob Ataque*", possui mais de oito mil curtidas e durante a incursão terrestre da IDF em Gaza, algumas postagens

ultrapassaram 500 compartilhamentos. Usuários pró-Israel também compartilharam maciçamente postagens da página oficial do exército de Israel no Facebook, *Israel Defense Forces*. Possuindo mais de 1,5 milhões de curtidas, a página oferece dezenas de atualizações todos os dias sobre atividades militares, gráficos, fotos, vídeos, dados sobre ataques aéreos e lançamentos de foguetes. Eles também comentam sobre ações do Hamas e postam infográficos mostrando, por exemplo, como o movimento usa casas de civis como centros de comando militar e armazenamento de armas. Já o Hamas não possui página no Facebook, apenas Twitter em árabe, inglês e hebraico. Durante o conflito, seus *tweets* foram compartilhados no Facebook por defensores da causa palestina. Páginas de movimentos como *Free Palestine* ou usuários simpatizantes também compartilharam suas propagandas de guerra: gráficos e imagens de crianças feridas, funerais e casas destruídas. Expressões como "agressão genocida", "resistência" e "mártires", que fazem parte do discurso diário do Hamas, foram muito usadas, além da *hashtag* #GazaUnderAttack.

A rede social como ambiente virtual comunitário e participativo de grupos de discussões leva ao desenvolvimento de uma série de ativismos. O fluxo constante de interação em debates “intelectuais” mostra o trabalho de engajamento em causas. Durante o conflito, internautas produziram e compartilharam intensamente vídeos, textos, fotos e charges retratando os acontecimentos à sua maneira. Dessa forma, os conhecimentos podem ser modificados e reconstruídos. É possível o usuário destacar algo veiculado nas mídias tradicionais e recriar sua mensagem nas redes sociais. Martino (2014) fala que os meios novos e antigos tendem a ser agregados e ressignificados na experiência dos usuários. Daí vem a noção de *prosumers*, termo originado da junção das palavras inglesas *producer* (produtor) e *consumer* (consumidor) ou *professional* (profissional) e *consumer* (consumidor), criado pelo escritor norte-americano Alvin Toffler. *Prosumer* designa o papel duplo do usuário de produtor e consumidor de conteúdo no ciberespaço. Os receptores tornam-se capazes de elaborar e reelaborar suas próprias mensagens, muitas vezes emulando os códigos da cultura da mídia.



Figura 4 – Postagem fazendo contrapontos à matéria do Opera Mundi

Fonte: Facebook, 2014.

Estes dois processos de inteligência coletiva – a interação e troca entre indivíduos de mensagens com contribuições próprias –, e de apropriação dos códigos e mensagens dos meios tradicionais de comunicação para recriação de novas mensagens no ciberespaço, resumem o que Henry Jenkins denominou de Cultura da Convergência; um novo cenário “onde a mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis” (JENKINS, 2009, p. 29). A ideia do *prosumer* é justamente ter o poder de consumir, mas também de produzir informação nas novas mídias, para outros *prosumers*. A imagem acima, por exemplo, mostra um usuário compartilhando uma matéria sobre a guerra veiculada no portal de notícias Opera Mundi, fazendo seus próprios adendos e comentários sobre o que foi abordado na matéria.

A partir do trabalho dos *prosumers* na rede social, constata-se que não há mais uma opinião pública – talvez nunca houvera –, mas uma quantidade infindável de opiniões de onde eventualmente algumas se destacarão mais que outras. “Com a Internet, não se trata mais de dispositivos de formação de opinião pública, de compartilhar julgamentos, mas da

constituição de formas de percepção comum e de formas de organização e de expressão da inteligência comum” (LAZZARATO, 2006, p. 183). Quando os jornais brasileiros abordam a atuação de Israel em épocas de guerras e invasões, a linha editorial centra-se fundamentalmente nos estragos em infraestrutura e nas mortes provocadas pelo conflito, trazendo a tona a ideia da força militar desproporcional utilizada pelo país. Se a mídia gera um consenso com relação a essa visão sobre as ações de Israel, na rede social usuários dão maiores explicações e detalhes sobre como as coisas acontecem: fala-se em um exército israelense que precisa destruir locais que funcionam como armazéns de munição e bases de lançamento de foguetes, muitas vezes aparelhados em casa de civis, hospitais e mesquitas; um exército que joga panfletos no ar avisando os locais que serão explodidos e, mesmo assim, civis são obrigados pelo Hamas a permanecerem nestes locais para tentar evitar a destruição; um país que investe milhões em estrutura de defesa para sua população, reduzindo a quase nula as mortes de civis do seu lado. Do outro lado, quando os jornais abordam os acontecimentos colocando Israel contra palestinos, como explicitado no capítulo anterior, cria-se um cenário de guerra entre um país e toda aquela população árabe carente de seu próprio estado, ignorando o que realmente levou a explosão de mais um confronto armado. Nas redes sociais, usuários tentam equilibrar o jogo lembrando que há uma entidade terrorista chamada Hamas em questão, e que os palestinos também são vítimas de suas ações e não somente os israelenses; que há negociações em processo com a ANP, a representante não radical dos palestinos, que não prega a destruição do Estado de Israel e, portanto, com quem este aceita conversar.



Figura 5 – Post da página *Free Gaza From Hamas – Support Israel*

A produção e compartilhamento de conteúdo, que dão corpo à guerra de propaganda, podem ganhar grande visibilidade, através da quantidade de comentários e compartilhamentos que o *post* recebe, e eventualmente criar líderes de opinião. Estes são pessoas que adquirem o status de autoridade em um assunto pela proporção da repercussão de seus conhecimentos e pela influência no pensamento de outros usuários. “Por produzir intensa diferença nos modos típicos de narração da mídia de massa sobre os acontecimentos, logo se alçam como pequenas celebridades de nicho” (MALINI; ANTOUN; 2013, p. 24). Foi o caso, por exemplo, do depoimento pessoal da jornalista gaúcha Deborah Cattani, em seu perfil no Facebook, a respeito do conflito: Deborah conta ser judia e ter morado em Israel, perto da Faixa de Gaza. Alega que Israel não aceita outras religiões fora o Judaísmo, e que suas ações são mais desumanas que o Holocausto e desproporcionalmente mais fortes que às de Gaza. Discrimina a visão dos judeus como vítimas na história e defende os palestinos como os que foram tirados à força de sua terra e realojados em Gaza no que ela comparou a conjuntos habitacionais. No final, declara ter vergonha de ser judia e de ter cidadania israelense, e defende que a terra onde está Israel deve ser de “todos”. O depoimento da jornalista alcançou mais de 19.500 curtidas e teve mais de 13.000 compartilhamentos, além de discussões infundáveis nos comentários entre defensores e críticos de suas declarações. Em retaliação, o especialista em contra-terrorismo André Lajst escreveu em seu perfil, aberta e explicitamente à Deborah, conta também ser judeu, brasileiro, e morar há oito anos em Israel. Acusa a jornalista de mentiras e difamações sobre o povo judeu e Israel, e dá explicações como: o povo sim foi vítima de perseguições e expulsões ao longo da história. Apesar disso, suas gerações não foram ensinadas ao ódio e à discriminação. Os judeus colonizaram a terra de Israel antes de sua independência, e no país todas as religiões tem liberdade de culto, por isso seria o único lugar no Oriente Médio onde cristãos não teriam medo de praticar sua crença. Considera ignorância de baixo nível a comparação entre o conflito de Israel e Gaza, e o Holocausto, uma vez que este não ocorre nos territórios palestinos. Explica que Israel bloqueia a Faixa de Gaza devido ao controle do Hamas naquela área e seu lançamento constante e indiscriminado de foguetes contra cidades israelenses; que o sistema educacional do Hamas fomenta o ódio aos judeus nas crianças, e seu estatuto prega a destruição do Estado Judeu. Defende que não se pode falar em ações proporcionais em uma guerra assimétrica já que Israel investe milhões em estrutura de defesa enquanto o Hamas se esconderia em casas de civis e investiria apenas em abrigos subterrâneos para seus foguetes e armamentos. Explica que os palestinos vivem em Gaza a centenas de anos e não foram colocados lá de propósito, que o território era promissor há 60 anos e se hoje não está desenvolvido é porque o Hamas



não investe o dinheiro vindo de ajuda humanitária em melhorias, mas em túneis ilegais e munição. Por último, pede que se a jornalista tem vergonha de ser judia e cidadã israelense, que pare de fazer uso de seu computador e que delete seu Facebook, pois ambos foram criados respectivamente por Israel e por um judeu. O *post* de André obteve mais de 300 curtidas e mais de 250 compartilhamentos, além de comentários parabenizando-o por sua resposta. Tanto Deborah quanto André receberam inúmeros pedidos novos de amizade de admiradores de suas declarações, usuários que não necessariamente os conheciam pessoalmente, mas que compartilharam suas postagens por terem se identificado com as mensagens, como se aquelas “autoridades no assunto” falassem por eles. Surge um trabalho voluntário e ativista engajado, capaz de mobilizar pessoas em qualquer lugar, que se funda em um jogo de parcerias anônimas e produtivas. E assim, as postagens foram circulando cada vez mais pela rede social, com seus adendos negativos ou positivos:

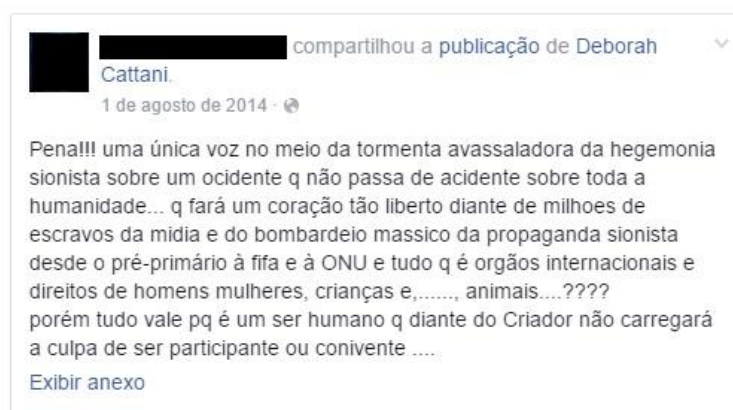


Figura 6 – Post a favor de Deborah compartilhado em perfil do Facebook

Fonte: Facebook, 2014.

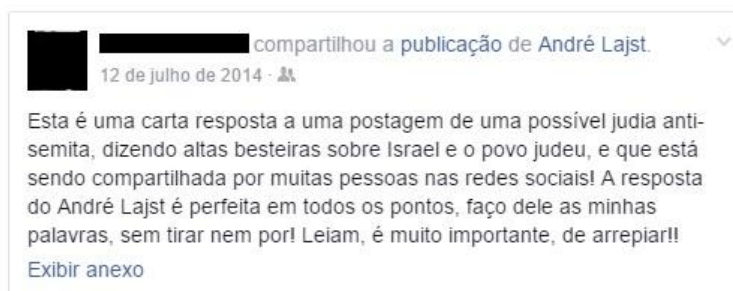


Figura 7 - Post a favor de André compartilhado em perfil do Facebook

Fonte: Facebook, 2014.

Deborah relata em postagens posteriores, que chegou a receber ameaças por seu depoimento. Ela mostra por *prints* de mensagens privadas que recebera, que a situação chegara longe demais, tanto que André também sentira a necessidade de postar em seu perfil uma mensagem de repúdio a qualquer tentativa de ameaça à jornalista. Este episódio demonstra o que Malini e Antoun (2013) entendem por revolução do compartilhamento, a extensão do poder de publicação dos detentores de grandes audiências para os maiores acumuladores de interações. O valor da rede deixou de ser calculado somente pela quantidade de público, ganhando maior importância o cálculo da quantidade de grupos criados e mobilizados por alguém. Fãs e seguidores viraram parceiros da produção de uma agenda informativa sobre a guerra e o poder de comunicação pautou-se num trabalho permanente de conversas, debates e respostas online acerca de acontecimentos polêmicos que dividem o público.

Fator de influência para ambos os lados do conflito, é o contexto social no qual os usuários estão inseridos. Barros e Junqueira (2012) ressaltam que o que o indivíduo vê e como ele vê dependem do prisma e do contexto no qual ele encontra-se situado. Ou seja, visões e reflexões sobre o conflito são fruto de uma trajetória que localizou os indivíduos em certas posições na história. Deste fato também advém a construção da opinião, parcialmente baseada em determinantes latentes no público como fatores sociológicos, biológicos e geográficos (SERPA, 2010). Por exemplo: uma pessoa judia ou cuja trajetória de vida tenha incutido nela ideologias de direita tem maior probabilidade de defender Israel, pela proximidade do país com os Estados Unidos e por sua posição de país mais estruturado política, social e economicamente; já uma pessoa com descendências árabes ou ideologias de esquerda tem maior probabilidade de defender os palestinos, por sua propensão a dar ganho de causa ao lado aparentemente mais oprimido. Estas são duas tendências existentes, mas que não excluem outras inúmeras tendências como judeus que defendem a causa palestina. Cada subjetividade se arrisca a produzir seu movimento na rede. Prudencio (2006) explica que quando o usuário quer repercutir um acontecimento, ele tende a implicar na sua reação/resposta esquemas de interpretação que tornem a situação significativa. Ele age em função da situação a que deve fazer frente, mas também se vale da sua história pessoal, que lhe confere um “estoque de conhecimento”, foi o caso de Deborah que usou a sua trajetória de vida para legitimar suas declarações.

Determinantes latentes podem formar uma pré-disposição para os pensamentos e atitudes do público. Publicitário, Cid Pacheco costumava dizer que “à revelia das pré-disposições, nenhuma manipulação prospera” (PACHECO, 1998), ou seja, para ter êxito, a



manipulação realizada pela mídia precisaria passar satisfatoriamente por uma série de pré-concepções que o indivíduo carrega, fruto de uma vida e educação que norteiam sua visão de mundo. Mas alguns fatos contradizem as ideias de Pacheco, o Nazismo é um deles. As ideias de Hitler tomaram conta da mente e do coração de todos aqueles que se identificaram com a ideia de “raça ariana”, através de um trabalho astuto de propaganda e discursos fervorosos que explicavam como a nação alemã poderia se reerguer triunfante após o colapso total decorrente da primeira guerra mundial. A manipulação pode não sobreviver a mentes altamente críticas e seguras de suas convicções, mas mentes confusas quanto ao seu lugar no mundo, que precisam preencher seu psicológico de alguma maneira devido à ausência de satisfação, estão propícias à manipulação.

A propaganda nazista é um exemplo de como a mídia pode influenciar na construção da opinião a ponto de incutir verdades incontestáveis no imaginário da população. A mídia de massa é um poderoso instrumento usado pelo governo para tentar manipular a população, moldando opiniões e atitudes, e definindo o que é normal e aceitável. Portanto, apesar de pré-disposições que uma mente possa vir a ter, a informação midiática que chega até ela também influencia na construção de uma opinião. A mudança trazida pelas novas mídias digitais está no surgimento de fontes diversificadas de informação. A facilidade de cada usuário produzir conteúdo a sua maneira e a velocidade com que cada informação circula recompõem o jogo de forças no atual cenário midiático: há uma atenção fragmentada e distribuída entre os diferentes meios fazendo com que o fato noticioso não fique preso à apenas uma versão do fato, mas a inúmeras versões que se tornam objeto de intenso diálogo público e culminam em diferentes opiniões. Portanto, a informação não provém do fato em si, mas do recorte que se deu, do tom emocional dado ao ocorrido. Segundo Barros e Junqueira (2012), toda observação de um fato é orientada por um conjunto de representações e de esquemas, por intermédio dos quais os seres humanos percebem, interpretam, classificam, dividem, compreendem os fenômenos que têm diante de si. Quando um foguete cai em um território, isto é um fato imutável, mas pode receber diferentes formas de ser noticiado: em que momento o foguete caiu, por que caiu, em quais circunstâncias. O recorte de um fato pode também aparecer para passar uma visão totalmente errônea de uma situação. Durante o conflito, por exemplo, imagens falsas sobre os ataques em Gaza foram compartilhadas nas redes sociais:



Figura 8 – Matéria do site O Globo

Fonte: Site O Globo, 2014.

Fotos como esta, de ataques antigos em anos anteriores, ou de conflitos em outros países do Oriente Médio foram divulgadas como sendo a situação em Gaza naquele momento. Elas foram amplamente divulgadas sobre a *hashtag* #GazaUnderAttack, durante julho de 2014. Imagens de explosões, destruição, crianças e mulheres brutalmente feridas passaram a imagem de uma guerra sangrenta sendo efetuada por Israel sobre Gaza naquele período. Segundo pesquisa da BBC, a *hashtag* fora utilizada mais de 375 mil vezes em uma semana. O usuário que recebe este tipo de informação visual e não possui ferramentas para atestar a veracidade da imagem, toma o que vê como verídico. Portanto, para entender a imagem que se forma sobre os acontecimentos, para um indivíduo, é preciso avaliar qual versão dos fatos o atingiu e como ele chegou a esta fonte de informação.

No Facebook, o usuário pode se vincular a grupos e páginas específicas onde trocará informações de interesse coletivo com outros usuários, sobre determinado assunto. Este vínculo se dá a partir de um processo de identificação com o tema ou causa abordada, e um interesse na troca de informações. Durante o conflito, a comunidade judaica brasileira acessou e compartilhou bastante conteúdo de fontes israelenses nas redes sociais, como as páginas dos jornais *Jerusalem Post* e *Ynetnews*. Isto pode ser reflexo de uma falta de confiança em veículos nacionais. Por sua vez, os brasileiros pró-palestinos, pela falta de veículos palestinos

oficiais acessíveis, compartilharam conteúdo da mídia brasileira. A partir da informação consumida, ambos os lados deram continuidade ao conflito articulando as devidas defesas ou rechaços. Uma ação recorrente da comunidade judaica durante o conflito foi o compartilhamento de notícias de veículos como a Globo.com ou CNN.com – que dão grande enfoque às consequências da guerra no lado palestino –, para fazer seus adendos e correções na tentativa de equilibrar o cenário. Por exemplo, quando o jornal falava na desproporcionalidade no número de mortos entre os dois lados, pró-israelenses compartilhavam a notícia para adicionar críticas a mesma explicando sobre o uso de civis palestinos como “escudos humanos” ou o disparo de foguetes pelo Hamas, de dentro de casas de civis ao invés de bases militares. Esta narrativa funciona como um “movimento social que recusa a hierarquização de representantes e representados. Recusa a naturalização do funcionamento do poder. Recusa deixar para a mídia tradicional o poder de dizer o que pertence ou não ao acontecimento” (MALINI; ANTOUN; 2013, p. 249). A expressão da realidade a partir de outros marcos de referência é possibilitada pelas características da rede social que configuram uma plataforma de conversação e relações sociais comunitárias, onde cada um tem sua própria voz sem precisar passar pela intermediação de instituições e discursos oficiais. Recuero (2009) explica que os atores sociais na internet têm consciência dos valores e impressões que desejam criar, e como eles podem ser construídos. Esta pré-concepção é o que acaba por nortear a escolha das informações que serão divulgadas. A subjetividade do usuário seria a sua “linha editorial”.

Ao rivalizarem com a grande imprensa, os atores sociais reivindicam a posse da verdade da informação. Quando há um descontentamento com o modo como a informação é veiculada institucionalmente, ocorre o que Malini e Antoun (2013) chamam de “cobertura colaborativa programada”, o relato de um acontecimento já pautado por perfis com forte capital social, que transforma a rede social em uma plataforma de reforço de ideias, sejam defesas ou críticas. É uma espécie de concorrência com o jornalismo profissional. Uma vez que usuários transmitem suas reivindicações sem as barreiras da grande mídia, quebrando o monopólio de divulgação, forças contra-hegemônicas se expressem. Mas é certo que os atores sociais entram no ciberespaço para competir por suas realidades. É um embate ideológico que passa das redes sociais *versus* jornalismo corporativo para usuários *versus* usuários dentro das redes sociais:

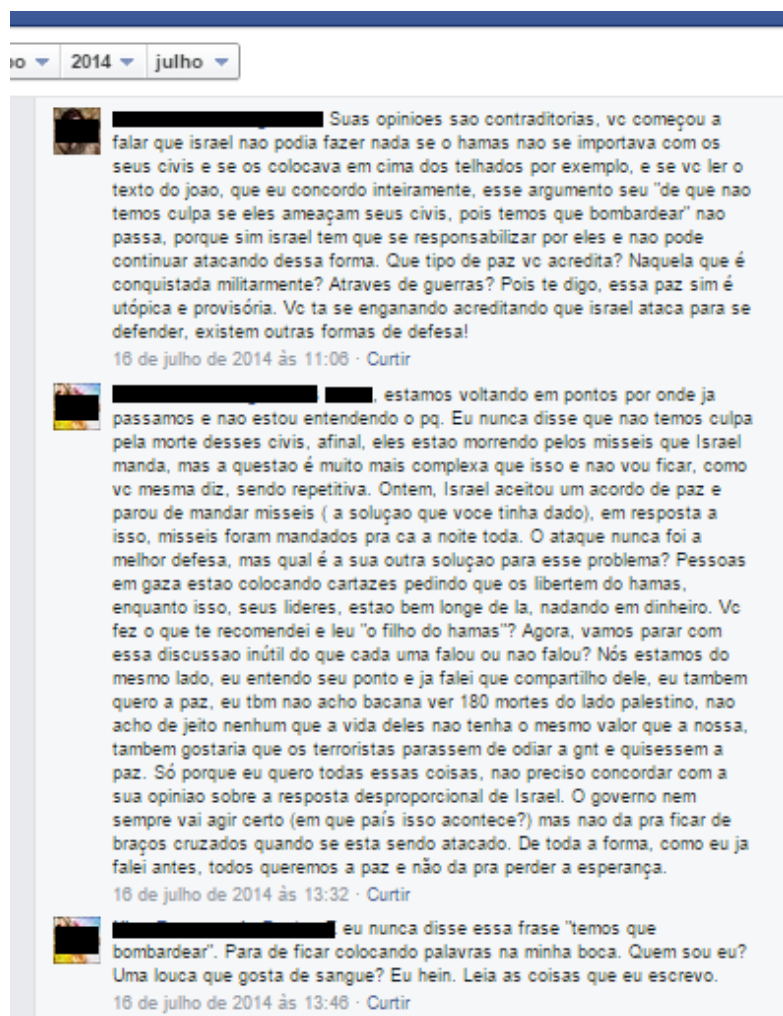


Figura 9 – Discussão ideológica sobre a guerra, em comentários

Fonte: Facebook, 2014.

A foto mostra uma discussão tecida nos comentários de uma postagem divulgando a matéria “Entre Genocídio e Dano Colateral” do blog “Conexão Israel”. A matéria explicava o ponto de vista do autor com relação às consequências físicas do conflito de julho de 2014, e a discussão nos comentários levantavam diferentes pontos e questionamentos com relação às ideias do blogueiro. Charaudeau (2013) explica que o comentário argumentado impõe uma visão do mundo de ordem explicativa. Não se contenta em mostrar ou imaginar o que aconteceu, mas revelar o que não se vê, problematiza os acontecimentos, construir hipóteses, desenvolver teses, trazer provas e tirar novas conclusões.

A variedade de assuntos abordados nas redes sociais também pode levar à criação de grupos em defesa ou contrários a certos temas. Recuero (2009) fala que a formação de grupos é um esforço de cooperação, fruto da junção de interesses individuais onde pessoas procuram

um mesmo objetivo. Os grupos dependem da cooperação entre todos os envolvidos nas atualizações, leitura e resposta de comentários, e compartilhamento de informações. Todos trabalham em torno da proposta. Durante o conflito, grupos foram criados pela comunidade judaica brasileira para debater questões, tirar dúvidas e até mesmo pedir ajuda em respostas a comentários de terceiros. Através de grupos como “*Sionismo e Hasbará*” (uma palavra em hebraico que significa “explicação”) e “*Combatendo a Mídia*”, usuários foram mobilizados para participar de uma passeata em defesa de Israel na Praia de Copacabana, na época. O movimento “*Somos Todos Palestinos*” também divulga informações, vídeos e abaixo-assinados em sua página e blog oficiais visando angariar seguidores de sua causa. Em julho, ele organizou uma passeata em defesa dos palestinos, no Centro do Rio de Janeiro. Segundo Martino (2014), “assim como o mundo real é levado para as redes sociais digitais, as discussões online tem o potencial de gerar atitudes e ações no mundo físico”. A convocação pelo Facebook, para passeatas nas ruas por exemplo. A internet como meio de mobilização agiliza os contatos e consequentemente, a formação de alianças. Talvez sem ela atualmente passeatas não ocorressem com tanta precisão nos dias e locais marcados, nem assumiriam o caráter transnacional que têm, repercutindo em vários locais do mundo.

Os usuários nas redes sociais constroem um extenso campo de significados dos acontecimentos, onde se entrelaçam as narrativas de fatos, dados e imagens, ampliadoras da capacidade da rede de revelar sentidos até então reprimidos na lógica *gatekeeper* das mídias tradicionais (MALINI; ANTOUN; 2013). Esta lógica da qual falam os autores resume o trabalho de filtragem das notícias que produz uma percepção ou efeito afetivo, uma narrativa que ganha foros de verdade no seio da opinião pública e passa a dominar a discussão sobre o tema. A atuação em rede dos usuários seguiria a lógica *gatewatcher*, começando por uma fiscalização de todo o conteúdo que é publicado online ou offline e, então, realizando uma espécie de avaliação ou endossamento da informação. O termo Apartheid, por exemplo, é comumente usado para referir-se às desigualdades sociais entre pessoas de diferentes religiões em Israel, por exemplo, judeus tem mais facilidade de arranjar empregos ou alugar casas do que árabes (Morris, 2014); ao muro erguido na fronteira de Israel com a Cisjordânia; aos assentamentos israelenses. A apropriação do termo pelo público pró-palestino, incluindo celebridades e líderes políticos, vinculou Israel à imagem de um estado segregador.

## Políticas de Israel são como as do apartheid, diz relator da ONU

Richard Falk disse que os direitos dos palestinos estão sendo violados pela ocupação prolongada de Israel do território e pela "limpeza étnica"

POR O GLOBO / COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS  
24/02/2014 10:31 / ATUALIZADO 24/02/2014 22:53



Soldado israelense aponta arma para manifestante na Cisjordânia no 29º aniversário de massacre de 29 muçulmanos palestinos por extremistas judeus - HAZEM BADIER / AFP

Figura 10 – Matéria do site O Globo

Fonte: Site O Globo, 2014.

### Who is for Apartheid?



Figura 11 – Montagem negando o Apartheid israelense

Fonte: Blog Israel Shield, 2014.

Para fazer frente a essa guerra de informação, as redes sociais disseminam narrativas sem lugar na mídia corporativa para criar outra verdade. O poder de atualização das imagens proporciona um alcance diferente às narrativas dos usuários, fazendo com que estes decidam quem culpar e quem inocentar pelos acontecimentos. Usuários pró-Israel tentam desconstruir essa imagem com montagens como a anterior que mostram árabes exercendo diversas funções dentro de Israel, enquanto judeus não poderiam sequer entrar num futuro Estado palestino.

Em épocas de guerra e terrorismo, o espetáculo midiático é elemento determinante na construção de percepções. O conceito de “Sociedade do Espetáculo” de Guy Debord (1967) descreve uma mídia e uma sociedade de consumo organizadas em torno da produção e do consumo de imagens, mercadorias e eventos culturais. O espetáculo seria um instrumento de pacificação e despolitização que distrai e aliena o sujeito social. Kellner (2006) toma o conceito de espetáculo de Debord, utilizado como uma crítica ao capitalismo, para verificar o que o fenômeno diz sobre a atualidade. Segundo o autor, o espetáculo político é avassalador, com efeitos globais. O terrorismo global da Al Qaeda transformou aviões em instrumentos de terror do atentado de 11 de setembro em diante; é possível perceber o papel do espetáculo digital e das imagens midiáticas de guerra em episódios como as decapitações feitas pelo Estado Islâmico (ISIS), divulgadas para espalhar o medo e mostrar a “superioridade” do movimento. Na era das novas mídias digitais, as imagens são impossíveis de se controlar e um espetáculo preparado para ser uma demonstração triunfante de poder pode se converter em um espetáculo de falhas e perda de moral. Por exemplo, durante o conflito de julho do ano passado, o Itamaraty chamou o embaixador do Brasil em Tel Aviv “para consultas” por considerar “inaceitável” a escalada de violência entre Israel e palestinos, condenando o uso desproporcional da força israelense na Faixa de Gaza e não mencionando o Hamas no comunicado. Em seguida, o porta-voz do ministério das Relações Exteriores de Israel disse que o comunicado brasileiro reflete a posição do Brasil de “anão diplomático”, apesar de gigante economicamente. Em entrevista ao Jornal Nacional, o porta-voz israelense fez uma ironia em referência à derrota do Brasil para a Alemanha na Copa do Mundo e declarou que “7x1” era desproporcional. Em virtude desta declaração, o presidente de Israel, Reuven Rivlin telefonou à presidente Dilma Rousseff para pedir desculpas. Este caso demonstra uma perda de moral em ambos os lados, refletida em piadas e demonstrações de ultraje pelos atores sociais na internet.





Figura 12 – Montagem representando “Anão Diplomático”

Fonte: Facebook, 2014.



Figura 13 – Post recriminando a atitude do Itamaraty

Fonte: Facebook, 2014.



As redes sociais acabam funcionando como um meio de contestação da grande mídia; sua arquitetura horizontal e falta de censura política e econômica permitem aos usuários discutirem seus pontos de vista e suas percepções. A relação do indivíduo com o que a mídia veicula é transposta para a rede social onde se transformará em um conteúdo de natureza passional. Quando um usuário quer chamar a atenção para um aspecto do conflito, ele busca em sites de notícia, na maioria das vezes convencionais, e compartilha nas redes sociais fazendo adendos e comentários próprios. Cada pessoa organiza os significados das mensagens que recebe pensando nas que ela vai transmitir, e como vai compartilhar isso. “Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas” (CHARAUDEAU, 2006, p. 39). A produção e interpretação de discursos, por sua vez, dependerão das visões de mundo do emissor e do receptor e de toda a carga informacional que chegou até eles através dos diversos meios. Na teoria, portanto, todo acontecimento é construído dentro de um olhar e sistema de pensamento. Mesmo os acontecimentos históricos são narrados de variadas formas em materiais didáticos e jornalísticos como já explicitado. Estas “condições” criam dois impasses para os engajados no conflito Israelo-Palestino: a dificuldade de encontrar a razão em ambos os lados, e de o emissor incutir informação sobre o conflito efetivamente no receptor, partindo-se do pressuposto de que este já estabeleceu “barreiras” em seu intelecto com relação a dados assuntos. Mesmo este emissor também já dota seu conhecimento de interpretatividade. Sendo assim, o quanto da maneira como o conflito é representado na rede social contribui para construir uma opinião inexistente ou modificar opiniões pré-concebidas, é duvidosa. Segundo Castells e Cardoso (2005), existe um grande hiato entre conhecimento e consciência pública, mediada pelo sistema de comunicação e pelo processamento de informação dentro das molduras mentais.

## 4 CONCLUSÃO

A facilidade de distribuição e compartilhamento de informação proporcionada pela internet criou espaços para novas vozes de uma maneira que nenhum outro meio de comunicação anterior fez. O indivíduo tem o poder de disseminação de conteúdo ao seu alcance. Este é o lado político da internet. São disponibilizadas informações específicas e personalizadas prontas para serem consumidas no exato momento de interesse tanto de quem as produz quanto de quem as procura. Apesar de os usuários procurarem informação direto onde sabem que encontrarão suporte para seus interesses, eles também estão expostos a ideias contrárias às suas. O *feed* de notícias do Facebook é o espaço onde eles encontram pensamentos e formas de encarar situações divergentes e daí surgem os debates, as trocas de conhecimento e, muitas vezes, discussões que culminam em brigas pessoais. O importante é enxergar as redes sociais como meios de contestação, livres da censura das corporações, onde os indivíduos demonstram um grande envolvimento com o que a mídia veicula, discutindo calorosamente seus pontos de vista e suas percepções. Quando se percebe o modo como a mídia transmite representações que podem influenciar pensamentos e comportamentos, as pessoas começam a manter uma distância crítica, questionando as imagens construídas pela cultura midiática e ajudando a induzir outras pessoas a se mobilizarem por uma transformação se não na sociedade, pelo menos no seu próprio círculo social. Este é o intuito de tantas postagens referentes a diversos aspectos do conflito, a desconstrução de imagens de um povo, de um país, de um governo, de um exército, e até de justificativas para mortes.

Especialista em comunicação política, o professor americano Matthew Hindman (2009) defende que a Internet não tem feito muito para ampliar o discurso político. Em seu livro “O Mito da Democracia Digital”, ele descreve uma pesquisa que realizou nos Estados Unidos, na qual acompanhou quase três milhões de páginas da Web, analisando como seus links são estruturados, como as pessoas procuram por conteúdo político, e como os principais motores de busca (*Google* e *Yahoo!*) direcionam o tráfego para os pontos mais populares. Os resultados mostram que, apesar da existência de centenas de milhares de páginas sobre política, a maioria dos leitores procuram por um conjunto de páginas profissionais, *mainstream*. Por isso, para Hindman, embora a Internet tenha ampliado algumas formas de participação política e organização e mobilização de grupos de interesse, as mídias corporativas ainda delineam fortemente o material político acessado na Web. “*It may be easy to speak in cyberspace, but it remains difficult to be heard*” (HINDMAN, 2009, p. 142). Mas é inegável que a Internet tem oferecido ferramentas e um enorme potencial para o

engajamento cívico e a auto-expressão pública. Embora, ela não leve os usuários a se super-politizarem, acompanhando inúmeras e diferentes páginas de política, não significa que a Internet não tenha enriquecido os discursos. A rotina de produção de conteúdo no Facebook durante o conflito mostra ao menos a importância dos interesses especiais, da experiência pessoal e das ideologias para a esfera pública. Ali ocorreu uma reconfiguração do jornalismo a partir de um processo de *framing* de conversações junto com a mídia tradicional que mostrou olhares alternativos a respeito dos acontecimentos na guerra. Nesse sentido, Hindman enfatiza o contexto errado. Há sim um processo de empoderamento dos indivíduos que lhes permite maior expressão e interação. Isso pode não caracterizar uma democracia digital, mas é um cenário político novo e melhorado.

Os usuários aparecem como cidadão-repórter por enxergarem na mídia a reprodução do discurso dos centros de poder. Ao realizarem suas denúncias o fazem como uma exigência de prestação de contas e esperam respostas para suas demandas ideológicas. Fazem uso ainda de uma espetacularização, explorando os critérios de noticiabilidade, e ajustando seu frame ao frame jornalístico. Essa estratégia torna as redes sociais fonte de informação relevante, por isso tanta afiliação a grupos e páginas de interesse, ou até mesmo perfis de usuários, como Deborah Cattani e André Lajst, que se tornam referência na exposição e explicação de acontecimentos. Uma contradição reside no fato de que os usuários recriminam a parcialidade dos frames jornalísticos, mas legitimam a de seu engajamento. Há também gaps no jornalismo-cidadão que praticam: especulação e anonimato de fontes por exemplo. É questionável a credibilidade das informações produzidas por indivíduos que não possuem formação básica em métodos e valores jornalísticos, fazendo surgir “notícias” falsas, inexatas e até mesmo ofensivas. Nas redes sociais, é difícil desvincular a vontade de informar com a opinião ou especulação do informante. Mas de qualquer maneira, foi a saída proposta pelas redes sociais e permitida pela internet para passar por cima de uma parcialidade vinculada aos interesses políticos e econômicos das corporações, de uma necessidade de seguir pelo caminho que garanta o dinheiro da publicidade e o acesso às decisões políticas. A parcialidade dos usuários nas redes sociais é livre de dilemas éticos, pressões políticas e, muitas vezes, traduz-se na cobertura de notícias ou no modo de noticiar que a mídia tradicional não julga rentável. A quantidade de vezes que as *hashtags* #GazaUnderAttack e #IsraelUnderFire foram utilizadas durante o conflito de julho de 2014, mostram que os antigos meios de comunicação não controlam mais a informação, cada indivíduo pode ajudar a difundir fatos. Nas redes sociais, é oferecida uma “voz” aos assuntos que não são abordados pela mídia convencional ou, pelo menos não da maneira que se pretendeu encontrar. “A possibilidade

dos cidadãos conversarem entre si sobre assuntos que os interessam diminui, ou mesmo elimina, a dependência em relação à mídia de massa para ter conhecimento dos acontecimentos do mundo” (MARTINO, 2014, p. 113). Um detalhe ou uma explicação ignorada pela mídia pode ser a questão mais comentada nas redes, por isso, estas possuem um potencial de engajamento cívico. Castells e Cardoso (2005) falam que não é a tecnologia que determina a sociedade, mas a sociedade que dá forma à tecnologia de acordo com suas necessidades, valores e interesses, portanto, esta mesma sociedade mostra estar utilizando a tecnologia para mudar todo um cenário de antagonismos e preconceitos construído e fortificado pela mídia.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, A.; JUNQUEIRA, R. **A Elaboração do Projeto de Pesquisa** in: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas S.A., 2012.
- BAUDRILARD, J. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1981.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2013.
- DAS NEVES, C. **A 'Questão Palestina' e os Acordos de Oslo: Segurança sem Paz**. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- HINDMAN, M. **The Myth of Digital Democracy**. Princeton University Press, 2009.
- Disponível em:  
<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.463.6080&rep=rep1&type=pdf>.  
 Acesso em: 12/06/2015.
- <http://asia-2001.blogspot.com.br/2013/07/plano-da-onu-para-partilha-da-palestina.html>.  
 Acesso em: 24/03/2015.
- <http://blogs.timesofisrael.com/palestinian-loss-of-land-1946-2000-unexplained-2/>. Acesso em: 29/05/2015.
- [http://en.wikipedia.org/wiki/2014\\_Israel-Gaza\\_conflict](http://en.wikipedia.org/wiki/2014_Israel-Gaza_conflict). Acesso em: 08/04/2015.
- <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/09/israelense-que-chamou-brasil-de-ano-diplomatico-deixa-o-cargo.html>. Acesso em: 13/05/2015.

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/06/festival-de-opera-transforma-paisagem-do-deserto-na-terra-santa.html>. Acesso em: 11/06/2015.

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/07/israel-lamenta-decisao-do-brasil-de-convocar-embaixador-em-tel-aviv.html>. Acesso em: 13/05/2015.

<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/partilha-palestina-435378.shtml>. Acesso em: 24/03/2015.

<http://israelipalestinian.procon.org/>. Acesso em: 17/03/2015.

<http://israelshield.blogspot.com.br/2014/10/this-black-south-africans-reaction-to.html>. Acesso em: 14/05/2015.

<http://marceloserpa.com.br/marceloserpa/index.php/2010/09/como-nascem-as-atitudes-os-estereotipos-e-a-opinio-publica-serpam/>. Acesso em: 28/04/2015.

<http://netcult.com.br/portal/brasileiros-gastam-650-horas-por-mes-em-redes-sociais/>. Acesso em: 02/04/2015.

<http://noticias.terra.com.br/mundo/oriente-medio/egito-constroi-muro-de-ferro-em-fronteira-com-faixa-de-gaza,f37d077dfec4b310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>. Acesso em: 06/06/2015.

<http://oglobo.globo.com/mundo/internautas-compartilham-imagens-falsas-nas-redes-sociais-sobre-ataques-em-gaza-13182409>. Acesso em: 30/04/2015.

<http://opensanti.blogspot.com.br/2012/01/antecedentes-historicos-do-estado-de.html>. Acesso em: 19/04/2015.

<https://palestineawarenesscoalition.wordpress.com/>. Acesso em: 18/06/2015.

<http://pt.euronews.com/2014/12/17/bruxelas-continua-a-considerar-o-hamas-como-organizacao-terrorista/>. Acesso em: 10/06/2015.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Autoridade\\_Nacional\\_Palestiniana](http://pt.wikipedia.org/wiki/Autoridade_Nacional_Palestiniana). Acesso em: 14/04/2015.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Conflito\\_israelo-palestino](http://pt.wikipedia.org/wiki/Conflito_israelo-palestino). Acesso em: 02/04/2015.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Diaspora\\_judaica](http://pt.wikipedia.org/wiki/Diaspora_judaica). Acesso em: 02/04/2015.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_pa%C3%ADses\\_por\\_esperan%C3%A7a\\_m%C3%A9dia\\_de\\_vida\\_%C3%A0\\_nascen%C3%A7a](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_esperan%C3%A7a_m%C3%A9dia_de_vida_%C3%A0_nascen%C3%A7a). Acesso em: 20/06/2015.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_pa%C3%ADses\\_por\\_%C3%ADndice\\_de\\_alfabetiza%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_%C3%ADndice_de_alfabetiza%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 20/06/2015.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Operacao\\_Margem\\_Protetora](http://pt.wikipedia.org/wiki/Operacao_Margem_Protetora). Acesso em: 31/05/2015.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Palestina>. Acesso em: 20/03/2015.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Primeira\\_Cruzada#Bizantinos\\_e\\_muçulmanos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Primeira_Cruzada#Bizantinos_e_muçulmanos). Acesso em: 21/03/2015.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Terrorismo>. Acesso em: 11/05/2015.

<http://therightscoop.com/awesome-mark-levin-interviews-son-of-hamas-founder-mosab-hassan-yousef-who-says-israel-is-fighting-for-the-world/>. Acesso em: 14/04/2015.

<http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/governo-dilma-convoca-embaixador-em-israel-para-consultas/>. Acesso em: 13/05/2015.

[http://www.beth-shalom.tv.br/artigos/estatuto\\_hamas.html](http://www.beth-shalom.tv.br/artigos/estatuto_hamas.html). Acesso em: 28/05/2015.

<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=346>. Acesso em: 11/05/2015.

[http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=4077591&seccao=M%E9dio%20Oriente](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=4077591&seccao=M%E9dio%20Oriente). Acesso em: 02/05/2015.

<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/capsoc.html>. Acesso em: 09/05/2015.

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/07/g1-explica-por-que-israel-e-palestinos-estao-em-constante-conflito.html>. Acesso em: 18/04/2015.

<http://www.historiamais.com/hebreus.htm>. Acesso em: 30/05/2015.

<http://www.juancole.com/2010/03/map-story-of-palestinian-nationhood.html> 4. Acesso em: 22/04/2015.

<https://www.opendemocracy.net/opensecurity/noah-bernstein/media-eclipse-israel-palestine-and-worlds-forgotten-conflicts>. Acesso em: 19/06/2015.

<http://www.theguardian.com/world/2014/jul/16/israel-hamas-clash-social-media>. Acesso em: 15/03/2015.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1545424-jornalismo-profissional-domina-redes-sociais.shtml>. Acesso em: 16/06/2015.

JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. 2ª edição. São Paulo: Aleph, 2009.

KELLNER, D. **A Cultura da Mídia: Estudos Culturais – Identidade e Política entre o Moderno e o Pós-Moderno**. Bauru: EDUSC, 2001.

KELLNER, D. **Cultura da Mídia e Triunfo do Espetáculo** in: DE MORAES, D. *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro: Manuad, 2006.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho Imaterial: Formas de Vida e Produção de Subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. Disponível em:

<http://copyfight.me/Acervo/livros/LAZZARATO,%20Maurizio%3B%20NEGRI,%20Anto%CC%82nio.%20Trabalho%20imaterial.pdf>. Acesso em: 03/05/2015.

LEWIS, Bernard. **Os judeus no Islã**. Rio de Janeiro: Xenon, [199-].



MALINI, F.; ANTOUN, H. **A Internet e a Rua: Ciberativismo e Mobilização nas Redes Sociais**. Editora Sulina. Porto Alegre. 2013. Disponível em: [http://www.liinc.ufrj.br/pt/attachments/316\\_A-internet-e-a-rua-.online.pdf](http://www.liinc.ufrj.br/pt/attachments/316_A-internet-e-a-rua-.online.pdf). Acesso em: 30/01/2015.

MARTINO, L. M. **Teoria das Mídias Digitais - Linguagens, Ambientes e Redes**. Vozes. Petrópolis: Vozes, 2014.

MORRIS, B. **Um Estado, Dois Estados: Soluções para o Conflito Israel/Palestina**. São Paulo: Sefer, 2014.

OREN, Michael. **Seis Dias de Guerra: Junho de 1967 e a Formação do Moderno Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

PEREIRA, R. **Hamas vence as eleições parlamentares na Palestina**. Cenários Puc Minas, Conjuntura Internacional, p. 1-2, 2006. Disponível em: [http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO\\_ARQ\\_NOTIC20060214103857.pdf?PHPSESSID=48f5b9dbf7a66a481deb1db6c20e3081](http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060214103857.pdf?PHPSESSID=48f5b9dbf7a66a481deb1db6c20e3081). Acesso em: 11/05/2015.

PRUDENCIO, K. C. **Mídia Ativista: A Comunicação dos Movimentos por Justiça Global na Internet**. 2006. 193 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89289/228803.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20/02/2015.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2009. Disponível em: <http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wp-content/uploads/redessociaisnainternetrecuero.pdf>. Acesso em: 03/04/2015.

SCALERCIO, M. **Oriente Médio - Uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

ZUCCHI, K. **Implantação do Estado de Israel e a Gênese dos Conflitos Israelo/Árabes**. 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina.

Londrina. 2014. Disponível em:

<http://www.uel.br/pos/mesthis/LucianoKZucchiDisserta2014.pdf>. Acesso em: 03/05/2015.

Youtube. **O Brasileiro Oswaldo Aranha, e a Criação Do Estado De Israel**. Vídeo (2'35'').

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=epL02XuxN6A>>. Acesso em:

10/06/2015.

Youtube. **Roda Viva | Benny Morris | 23/06/2014**. Vídeo (1°26'32''). Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=Ko6VKUMVL30>>. Acesso em: 16/04/2015.

## ANEXO 1 - Post de Deborah Cattani no Facebook em 11/07/2014

“Sou judia. Já morei em Israel. Já morei a 15 minutos da Faixa de Gaza. Mas cresci boa parte da vida no Brasil, distante do conflito. Tive uma educação judaica até os 15 anos. Sou filha de professora e obviamente, como jornalista, não sou alienada. Não consigo entender essa guerra, que é tão próxima e tão irreal. O que exatamente os não-judeus nos fizeram para termos tanto ódio? Chamo assim, pois o estado de Israel é um estado JUDEU e não aceita outras religiões, salvo em Jerusalém, que pasmem, é uma cidade laica. Não são só muçulmanos que estão morrendo. Aliás, os árabes não são um única religião, existem árabes católicos, ateus e até mesmo judeus. O que o estado de Israel está fazendo é desumano. Mais desumano que o holocausto, mais duradouro que o holocausto, mais pertinente que o holocausto, pois hoje em dia todo o mundo pode ver com os próprios olhos e MESMO assim, poucos reagem. Óbvio que a guerra tem dois lados e muitos judeus morrem também. Mas a proporção é absurda. A cada bomba lançada sobre Israel, 30 são devolvidas para Gaza. Dizem que três adolescentes judeus morreram... E as 14 CRIANÇAS que perderam a chance de ter uma vida longa em Gaza? O que é Gaza, você deve estar se perguntando... Eu vi com meus próprios olhos. Não, não é uma favela, mas se você, brasileiro, já viu um conjunto habitacional (moradia popular), é isso. Imagina você ser tirado do conforto da sua casa, do seu emprego, dos seus pertences e ser jogado num quarto com mais oito pessoas e viver no medo iminente de um ataque, sem poder sair deste lugar, pois o seu passaporte está para sempre condenado. Isso é o que os judeus fizeram em 1948. Isso é o que eu aprendi porque eu abri meus olhos. Nas aulas de cultura judaica na escola eu só ouvia como somos, nós judeus, vítimas do mundo, vítimas do nazismo, do terrorismo e, por isso, temos o direito de fazer pior. Tenho muitos amigos judeus, mas cada vez tenho menos. Cada vez que um deles posta um heil Israel no Facebook ou qualquer coisa dizendo "matem os árabes", eu tenho um amigo a menos. Se vocês já assistiram o filme A Onda, é EXATAMENTE isso que o governo israelense faz com seus jovens. Já tive treinamento militar israelense, sei como funciona toda a lavagem cerebral e até entendo porque funciona, afinal, somos pobres vítimas. Tenho vergonha de dizer que sou judia em locais públicos. Tenho vergonha do meu passaporte israelense e tenho vergonha dessa cidadania. Fugi desse país, apesar de amar aquela terra. Prefiro dizer que sou brasileira e, neste momento em que todo mundo está com vergonha do Brasil por causa de futebol, eu nunca me senti tão bem em ser brasileira. Enquanto os outros velam a Copa do Mundo, eu levanto a minha bandeira de "eu não pertenço a Israel". Eu espero que a mídia faça um trabalho melhor deste dia em diante. Chega de apoiar um estado

que não é nosso e sim de TODOS. Estamos no século XXI e não na idade média, aprendemos a dividir, logo, chega de conquistar. A maior conquista é a boa coexistência”.

## ANEXO 2 - Post de André Lajst no Facebook em 12/07/2014

“Carta aberta a Deborah Cattani

Sou judeu, nasci e cresci no Brasil, tive educação judaica até os dias de hoje, pois estou vivo. E por estar vivo, continuo sendo constituído por todas as experiencias que tenho. Eu vivo desde os 20 anos em Israel. Após 8 anos aqui, posso me considerar, com muito orgulho, um Israelense. Sou formado em Governo Diplomacia e Estratégia e tenho Mestrado em Contra terrorismo , Segurança Nacional e Oriente Médio, portanto eu também não sou alienado. Muito pelo contrário, acredito que você precisa escutar algumas palavras para poder refletir sozinha pelas mentiras e difamações que você fez ao povo judeu e a Israel. Muitos povos do mundo, durante toda a história da humanidade, perseguiram, expulsaram e mataram os judeus. Porém o povo judeu recusou-se veementemente a ensinar seus filhos o ódio e a discriminação. Isto pode ser visto nas excelentes escolas judaicas no mundo todo, que tendem ao mais altos rankings de classificação, bem como no excelente sistema de ensino de Israel e, mais ainda, nas Universidades de ponta que o Pais tem. Israel foi fundada após décadas de colonização por parte dos judeus, e sua independência veio em 1948. Durante os 66 anos da existência de Israel, todas as religiões sempre tiveram liberdade de culto e sempre terão, o que faz de Israel a unica nação do Oriente Médio onde cristãos não têm medo de praticar sua crença. Israel, ao contrário do que você disse, aceita e protege todas as minorias e todas as religiões. E mais que isso, não existe em Israel nenhum grupo ou fenômeno que coloque em risco a prática de culto de alguma religião no país. Jerusalém, ao contrário do que você disse, não é uma cidade Laica como outras cidades em Israel. Jerusalém é uma cidade moderna e conservadora, onde Judeus, Muçulmanos e Cristãos moram há milhares de anos. E após Israel unir os lados Oriental e Ocidental da cidade depois da guerra de 1967, todos os habitantes da cidade tiveram livre acesso aos lugares sagrados de culto, o que por sua vez não ocorria quando a cidade estava dividida e a parte antiga, juntamente com a parte Oriental, estavam sob domínio Jordânico. Existem várias cidades que são, de fato, laicas. Tel Aviv é uma delas. Não sei aonde você estudou ou leu, e principalmente quem te ensinou, porém a sua afirmação de que um Holocausto esta sendo feito em Gaza é uma ignorância de baixo nível e uma tremenda amnésia histórica. Porém em duas linhas vou lhe esclarecer este ponto também: Israel começou a controlar os territórios palestinos após a vitória na guerra dos 6 dias. Antes, a Cisjordânia era controlada pela Jordânia e a Faixa de Gaza, pelo Egito. Israel tem entrado em negociações para dar aos Palestinos autonomia e independência desde 1993. Tenho certeza que a maioria dos judeus do mundo, bem como a maioria da população Israelense quer

negociar com os palestinos, quer chegar a um acordo para o fim definitivo do conflito, e para que Israel e Palestina vivam em Paz e segurança lado a lado. Para que essas negociações possam continuar, um dos requisitos básicos é poder negociar com autoridades palestinas que de fato representem o povo palestino, e não metade dele; e que os outros líderes palestinos reconheçam a existência de Israel. Não acho que é isso o que o Hamas quer. Não há Holocausto algum acontecendo em nenhum lugar nos territórios palestinos. Milhares de jornalistas como você foram à Faixa de Gaza nos últimos anos (você pode confirmar com eles se estou mentindo). Israel bloqueia a Faixa de Gaza pois o grupo terrorista Hamas controla à força aquele território, e atira foguetes em Israel. Isto você também esqueceu? Desde 2001, mais de 8000 foguetes de inúmeros tamanhos foram atirados contra cidades israelenses, com a única intenção de atingir civis. O sistema educacional do Hamas educa as crianças de Gaza fomentando o ódio aos judeus, e o estatuto do Hamas prega a destruição de Israel e o estabelecimento de um País Islâmico no lugar. Com certeza, não democrático. Não fale em proporção por favor. Como jornalista, você precisa saber que proporção em uma guerra assimétrica não existe. Pois enquanto Israel investe milhões em abrigos subterrâneos para a população civil, milhões em um sistema anti-mísseis muito eficiente, e milhões em minimizar os efeitos colaterais aos civis em Gaza, o Hamas se esconde atrás dos próprios civis de Gaza, e seus abrigos subterrâneos são usados para esconder os seus foguetes e Armas, não para proteger os civis. Enquanto Israel tenta minimizar a morte de civis em Gaza -que infelizmente acontecem- o Hamas usa seus civis como escudo e tenta, a qualquer custo, aumentar o número de mortos civis em Israel, atacando de propósito cidades onde moram 4.5 milhões de pessoas. Não temos culpa de que nossos sistemas de defesa são tão eficientes e que nosso País se preocupa com a vida, enquanto o Hamas se preocupa em levar cidadãos aos telhados para evitar os ataques de Israel. Até eles mesmos sabem que os civis nos telhados vão evitar os ataques de Israel, e você me fala de Holocausto? Em ataques proporcionais? Você já parou para imaginar se Israel respondesse exatamente igual ao Hamas, jogando foguetes que não tem precisão alguma contra a Faixa de Gaza, o que aconteceria? Nós somos um país, e este país que se chama Israel, tem um Exército moral e ético, possuímos uma Força Aérea eficiente e eficaz, que não joga bombas em Gaza, são mísseis guiados que tem como objetivo atingir alvos do Hamas e outros grupos terroristas. A vida é absolutamente importante, e com certeza civis morreram. Israel investiga, como sempre investigou, possíveis erros. Porém as intenções dos envolvidos neste conflito são bem diferentes. Sua comparação é mais uma vez, dotada de uma ignorância ímpar para com os fatos e para com a realidade. Os Palestinos vivem há centenas de anos em Gaza, e as pessoas que moram lá não foram transferidas ou

postas lá de propósito. Gaza era um lugar promissor há 60 anos. Gaza tem fronteira com o Egito e ela pode ser aberta e fechada de acordo com as decisões do Egito. Israel tem o direito de deixar a fronteira de Gaza com Israel aberta ou fechada. É de direito do país que sofre ataques de grupos terroristas há décadas não querer ter fronteiras abertas com este território, e isto é um direito, não um crime. O bloqueio que Israel impõem a Gaza veio em resposta ao terrorismo e não ao contrário. Se Gaza é mal desenvolvida isso é de responsabilidade dos governantes de Gaza, como o Hamas por exemplo. Pergunte ao Hamas aonde ele investe os milhões de dólares que chegam todos os meses da ONU e de outros países do mundo todo para ajudar no desenvolvimento da economia Palestina. Você vai encontrar fatos mostrando que muito desse dinheiro nunca chegou a beneficiar o povo palestino, mas sim o benefício único do Hamas. Com essas verbas desviadas eles pagam salários aos seus membros, compram armas e investem milhões em construção de túneis ilegais que ligam Gaza ao Egito e Gaza a Israel, com o único propósito de traficar armas, e sequestrar soldados ou cidadãos de Israel. Se Gaza parece um subúrbio para você, envie uma carta ao Hamas reclamando. Como moradores de países democráticos, judeus tanto do Brasil quanto de Israel falam por si e não representam uma opinião geral e única. Se você tem amigos judeus que falam e pensam frases racistas, eles não representam o povo Judeu. O povo judeu é talvez o povo mais paciente do mundo. Não vimos judeus fazendo atentados contra a Alemanha após o fim da segunda guerra, e após sofrermos atentados durante toda a história de Israel, dentro e fora do país, Israel sempre mostrou uma incrível paciência e disposição de negociar com seus inimigos. Todos os governos de Israel negociaram e fizeram compromissos altíssimos para poder receber reconhecimento de seus vizinhos. Por fim, não sei que treinamento militar Israelense você teve, e gostaria até de saber, pois como soldado de reserva da Inteligência da Força Aérea de Israel, me parece muito estranho tudo que você alegou injustamente sobre o meu país e o exército do qual faço parte. Se você não concorda com a política de Israel, ou do atual governo, você pode protestar como eu também protesto quando vejo algo com o qual não concordo. Israel é um país democrático, com uma imprensa livre, uma sociedade vibrante e livre, e dotado de total separação de poder legislativo, judiciário e executivo. Nenhuma ONDA ou lavagem cerebral ocorreram ou ocorrem neste país, o qual tem mais liberdade de criticar o Governo, a polícia ou quem quer que seja, do que muitos outros países democráticos. O exército de Israel tem estritas regras de conduta e os seus infratores são julgados e punidos. Deborah, se você tem vergonha do passaporte de Israel, então por favor também tenha vergonha de tudo o que Israel produz, e pare de fazer uso de tais produtos, incluindo seu próprio computador. Se você tem vergonha de ser judia, lhe aconselho que

apague o seu Facebook pois ele foi criado por um Judeu que uniu bilhões de pessoas do mundo todo. Acredito na liberdade de expressão, e espero que você reflita muito bem sobre as acusações sem fundamento e mentiras que você dissemina. Porém o que mais me impressiona é o fato de você não saber diferenciar suas opiniões políticas com fatos e mitos que ocorreram e ocorrem aqui. Israel é um país lindo, democrático e que almeja a paz com seus vizinhos acima de tudo. Se você tem vergonha de ser judia e Israelense, peço a você que se informe antes de acusar e tentar sujar a história e os fatos acerca de um povo e de um País. Assim como muitos, eu me colocarei contra qualquer tentativa que qualquer pessoa pratique, de difamar e mentir em sobre o meu povo e sobre o meu país.

André Lajst

Tel Aviv

Israel”